



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO EXTERNA - CONSUMO DE DROGAS ENTRE JOVENS NO BRASIL			
EVENTO: Audiência Pública.	REUNIÃO Nº: 0755/17	DATA: 20/06/2017	
LOCAL: Plenário 16 das Comissões.	INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 17h31min	PÁGINAS: 64

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

OSMAR TERRA - Ministro de Estado do Desenvolvimento Social.

SUMÁRIO

Debate sobre a situação do consumo de drogas entre os jovens no Brasil e medidas para o seu enfrentamento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Houve intervenção ininteligível.
Houve intervenções inaudíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Havendo número regimental, declaro aberta a V Reunião Ordinária da Comissão Externa destinada a avaliar a situação do consumo de drogas entre os jovens no Brasil e propor medidas para o seu enfrentamento, conforme o Requerimento nº 5.502, de 2016, aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Solicitada, portanto, a dispensa da leitura da ata, consulto o Plenário. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Eros Biondini.

Pergunto se algum Parlamentar deseja retificar a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-la, coloco em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo que foram recebidos e considero lidos os seguintes expedientes:

Ato da Presidência, de 13 de junho de 2017, em aditamento ao ato de criação desta Comissão, que designa o Deputado Silas Freire para compor o Colegiado.

Há aqui alguns requerimentos para serem colocados em votação, e os coloco em votação, considerando que já está havendo a Ordem do Dia, no plenário principal da Casa.

Para darmos início à nossa audiência pública, já se encontra conosco aqui — nós nos sentimos honrados com a sua presença — o Ministro de Estado de Desenvolvimento Social, Sr. Osmar Terra.

Vamos dar início, portanto, à nossa audiência pública.

Esclareço que esta audiência cumpre decisão do Colegiado, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2017, de minha autoria, aprovado por esta Comissão.

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: os Deputados interessados em fazer perguntas ao Ministro deverão inscrever-se previamente na mesa de apoio. As perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão se restringir ao assunto da exposição, e serão



formuladas no prazo de 3 minutos. Aos Deputados são facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

Feito esse esclarecimento, daremos início à audiência.

Iniciamos já ouvindo o nosso Ministro de Desenvolvimento Social, Osmar Terra, para o qual concedemos a palavra pelo tempo necessário para a exposição da temática principal desta Comissão, que é a política sobre drogas.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite, essa deferência, agradecendo à nossa Presidente, a Deputada Eliziane Gama.

Cumprimento também todos os Deputados presentes nesta Comissão, os companheiros aí de longa jornada, na luta para melhorar a segurança, melhorar a saúde pública deste País, enfrentando essa questão das drogas.

Gostaria também de dizer que o nosso Ministério, embora seja um Ministério voltado especificamente para ações sociais, sofre também muito com a questão das drogas. Nós vivemos uma epidemia no Brasil, de grande proporção, que joga diariamente milhares de pais de família e famílias inteiras na miséria. A droga é um fator de empobrecimento e de violência muito grande, e as duas coisas juntas, a dependência química e a violência, são fatores devastadores, não só para uma família, mas também para toda a comunidade em volta dela.

Esse é um assunto que me toca há muito tempo, muito antes de ser Ministro, mas também é um assunto que, dentro do Ministério, nós temos trabalhado bastante, porque ele é um grande fator de piora das condições sociais da população brasileira.

Eu queria começar falando para V.Exas. sobre a minha entrada nesse assunto, sobre como eu comecei a me dedicar mais na questão das drogas. Eu fui, por 8 anos, Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul; no quarto ano como Secretário, eu comecei a ver sinais de agravamento das condições de dependência e que o número de dependentes químicos crescia.

Só para se ter um dado, Deputado Flavinho, no Rio Grande do Sul, em torno de 80% das internações de urgência de um hospital que atendia a dependentes químicos eram devidas ao uso de álcool. No ano de 2002, 80% das internações de



emergência eram devidas ao uso álcool; em 2007, 80% das internações eram pelo uso de *crack*. Então, houve uma subida muito rápida da questão do *crack*.

Quero cumprimentar também o Deputado Celso, meu companheiro de bancada.

Nós começamos a ter uma preocupação muito grande com o assunto, e aí eu descobri algumas coisas como Secretário de Saúde. Primeiro, descobri que não havia nenhuma política nacional para enfrentar as drogas. Era só uma conversa vaga que falava em redução de danos e tal, mas não havia nenhuma proposta concreta.

Aliás, para não dizer que não houve nenhuma proposta concreta, lembro que levei o Pedro Gabriel, o encarregado de saúde mental do Ministério da Saúde, umas três vezes ao Rio Grande do Sul, para me ajudar a pensar em políticas sobre drogas. Ele não nunca me propôs nada. O discurso era sempre etéreo. A última proposta concreta que ele fez foi comprar cachimbo de vidro para distribuir entre os usuários de *crack*, porque as latinhas contaminavam as pessoas. A política era de redução de danos, e as latinhas contaminavam as pessoas com alumínio, ou seja, as pessoas ficavam contaminadas com alumínio.

E eu insisti: *“Mas não há nenhuma outra política? O que podemos fazer para as pessoas deixarem de usar o crack?”*, e ele dizia: *“Isso é uma decisão individual”*. A conversa era, no meu entendimento, muito fora da realidade.

Isso me preocupou muito e eu fiz um trabalho dentro Secretaria, montei uma política independentemente de o Ministério ajudar ou não — e não ajudou. Aliás, o Ministério da Saúde nunca ajudou, assim como nenhum Ministério de modo geral.

Eu fui Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde — CONASS e levei essa discussão para os outros Secretários do Brasil. Todos tinham o mesmo problema: viam se agravar a situação da violência, viam se agravar o número de pessoas usando *crack* e outras drogas.

Chamamos, convidamos o General Uchôa, que tinha como auxiliar a Paulina Duarte. Eles foram à reunião do CONASS falar pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas — SENAD, que estava sob o comando dele. A primeira frase dele foi: *“O crack não é problema, é uma droga igual às outras. Não há epidemia nenhuma. Nós estamos com um programa para explicar para as pessoas como é que se faz*



para reduzir danos”. Indaguei: “Mas não há nenhuma política?” “Não, é a mesma coisa que a gente faz para o álcool, para as outras drogas”, o que, em resumo, era nada, não estavam fazendo nada, ou muito pouco. Para não dizer que não estavam fazendo nada, eu diria que faziam muito pouco.

Então, isso me angustiou muito. Quando eu voltei para o Congresso, me dediquei ao assunto. Junto com aliados importantes, como o Deputado Givaldo Carimbão, que foi um grande parceiro nessa caminhada, nós elaboramos um projeto de lei. Vendo os pontos que eu entendia que eram pontos que tiravam a possibilidade de o setor público agir, nós começamos a trabalhar um novo projeto de lei. Eu entendia que o projeto da Lei nº 11.343 era um projeto de lei já defasado, diante da realidade brasileira. Primeiro, porque ele era muito confuso, ele foi produto quase que de uma assembleia: com cada um deu um palpite, fizeram um *frankenstein* e criaram essa Lei nº 11.343. Ela tem capítulos que falam contra outros capítulos, tem capítulos conflitantes. O resultado prático é que o problema se agravou, a epidemia se agravou, mesmo com lei. Essa lei foi promulgada em 2006, e de lá para cá o problema piorou, não melhorou.

Nós nos dedicamos a isso e andamos um pouco. V.Exas. estão retomando o assunto com esta Comissão, mas, naquele período, graças ao Relator, que era o Deputado Givaldo Carimbão, nós andamos pelo Brasil inteiro. Eu não consegui acompanhar o ritmo do Carimbão. Eu fui a alguns Estados e o Carimbão foi a todos os Estados brasileiros, mais de uma vez, eu acho. Ele foi três vezes a cada Estado. Fizemos assembleias, reuniões, encontros em todos esses Estados. Fomos a outros países, visitamos países. A quantos países fomos, Deputado Carimbão?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Vinte e dois.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Vinte e dois países. Fomos aos países de fronteiras, vimos políticas ditas modernas e as políticas mais ortodoxas, em relação às drogas, nos outros países. Vimos a situação do Paraguai, da Bolívia, da Colômbia, do Peru, e também da Suécia, da Holanda, da Inglaterra. Então, tivemos um panorama, primeiro, do que nos afeta mais, que são os países da fronteira. Nós somos o único país do mundo que faz fronteira com todos os grandes produtores de coca e com o maior produtor de maconha do mundo — eu acho que já é o maior



produtor —, que é o Paraguai, que produz uma maconha aditivada, o *skank*, com altíssimo teor de THC.

Então, tivemos essa visão. Trabalhamos o projeto de lei — e eu vou falar depois do projeto de lei —, e conseguimos aprová-lo na Câmara. Esse projeto está aprovado na Câmara e foi para o Senado. Ele está há 4 anos no Senado, e existe um grupo de Senadores trabalhando ativamente para acabar com o projeto. Trata-se de um grupo pequeno, felizmente, de Senadores, mas que está trabalhando contra o projeto. E existe uma grande maioria que ainda não se articulou, eu acho, da maneira mais efetiva e que certamente aprovará o projeto no Senado também.

Nesse meio tempo, ainda houve uma discussão no Supremo Tribunal Federal sobre a descriminalização do uso de drogas, referente ao art. 28 da lei, se seria constitucional ou não.

E a situação está piorando a cada dia. Agora está se formatando uma política de enfrentamento às drogas em nível nacional. Vemos as cracolândias, que existem não só em São Paulo; em todas as cidades brasileiras existem cracolândias, de diversos tamanhos; todas, sem exceção. Quem diz isso não sou eu, mas a Confederação Nacional dos Municípios, até onde eu tive a informação, não é, Deputado Carimbão? E as tribos indígenas, quase todas, têm cracolândias também. Então, este é um assunto muito grave.

Isso caminha passo a passo com o aumento da violência. O Brasil hoje é o País em que mais se mata gente no mundo — no mundo. Nenhum país tem tantos homicídios quanto o Brasil; e de jovens. Hoje, a mortalidade do jovem brasileiro tem muito a ver com a questão da droga, direta ou indiretamente. Pretendo falar sobre isso depois.

Eu queria falar a V.Exas. sobre um assunto sobre o qual me aprofundei, um assunto que eu estudo como médico também. Minha tese de mestrado em neurociências tratou um pouco disso. Eu trabalhei a questão do comportamento violento e, inevitavelmente, tive que trabalhar a questão das drogas também.

Eu queria fazer um voo com V.Exas. acerca do conhecimento que se tem nessa área, porque há muita informação desconhecida. E há muito mito, há muita lenda na questão das drogas. Existem correntes filosóficas que pregam uma forma de encarar a questão das drogas, existem outras que tratam de forma diferente,



existe tudo. Quando o quando o assunto é grave e o Estado não tem política nenhuma, a própria sociedade se organiza, de um jeito ou de outro. E, dentro do próprio Estado, também aparecem os profetas do nada, que não resolvem nada. Ficam anos no poder, ditando regras, e não resolvem nada. Enquanto isso, a situação da população vai piorando, e os meninos vão morrendo. Lá do alto de sua torre de marfim na universidade ou não sei de onde, eles ficam ditando regras que, na prática, não funcionam.

Para fazer esse voo sobre o problema das drogas, eu queria dizer a vocês que procurei me basear efetivamente em evidências científicas. Eu não estou me referindo a nada que não possamos considerar evidências. Não há como trabalharmos este assunto sem discutir o que funciona e o que não funciona, o que acontece com as pessoas e o que não acontece. Não adianta ficarmos fazendo discurso filosófico se, na nossa frente, acontece outra coisa.

O Deputado Dr. Jorge Silva foi nosso grande parceiro nessa caminhada, bem como o Deputado Paulo Teixeira. Há pessoas que nos ajudaram muito a construir uma visão mais exata dessa questão das drogas, com propostas para enfrentar o problema.

Acho que é inadiável — inadiável! — nós termos uma legislação mais efetiva contra as drogas, minha querida Presidente. É inadiável termos uma política pública efetiva, em nível de Brasil, para enfrentar esse problema. Precisamos sair da discursória, sair da conversa fiada e sair da informação errada, porque a pior coisa que existe é a divulgação de mitos, fábulas, coisas que não são reais, que não têm base científica e que enganam as pessoas, principalmente os jovens, que são as maiores vítimas do consumo de drogas, da dependência química e da violência.

Eu queria fazer uma rápida digressão com vocês sobre o novo marco legal.

(Segue-se exibição de imagens.)

O novo marco legal é baseado em evidências científicas. Então, nós recorreremos à ciência para buscar as informações. Primeiro, nem sempre as políticas públicas e as leis correspondem ao conhecimento baseado em evidências; ideologias e preconceitos podem influenciar e causar tragédias em grande escala.

Eu sempre dou esse exemplo, porque acho ser clássico, sobre como uma ideologia pode levar a um resultado desastroso.



Este sujeito, que muitos de vocês já devem ter ouvido falar, é o Andrei Chikatilo. Ele era chefe da rede ferroviária, se não me engano, na região dos Urais, na antiga União Soviética. O Andrei Chikatilo era também o Comissário do Partido Comunista da União Soviética para a área ferroviária. Então, ele tinha um poder muito grande, era uma figura muito importante.

Começaram a morrer crianças na área em que ele trabalhava. Ao longo da via férrea apareciam corpos de crianças, inclusive mutilados, sem algumas partes. Eram crianças pequenas, na faixa etária entre 8 e 12 anos. Um detetive foi investigar. Quando morreu a quarta criança, esse detetive começou a juntar os dados e disse que quem estava matando as crianças era esse cara aí, o Andrei Chikatilo, inclusive provou que era ele. E isso causou espanto em todos: *“Mas como? O camarada Chikatilo é nosso comissário político, chefe da rede ferroviária, um cidadão da União Soviética, um novo homem socialista. Isso é impossível! Os assassinos em série só surgem nos países capitalistas decadentes, como os Estados Unidos. Na União Soviética não existe isso. Nós mudamos a estrutura social do país, a economia e a sociedade inteira. Não pode haver assassinos em série na União Soviética. Isso não existe”*. Resultado: soltaram o Chikatilo e prenderam o detetive. Isso está escrito em um livro de Tom Rob Smith que se transformou em filme. Quando apareceu a 44ª criança morta, pegaram o Chikatilo; e ele confessou que matou todas, com requintes de crueldade.

Ele era um psicopata grave. E psicopatas existem em qualquer sistema político, em qualquer país. Existe uma proporção de psicopatas que vale para todos os países, não só para os capitalistas ou para os socialistas.

Prenderam o Chikatilo por ocasião da Glasnost e da Perestroika, que foram as mudanças ocorridas no sistema russo.

Esse exemplo eu trouxe para dizer a vocês que, por vezes, uma ideologia pode distorcer e dificultar. Nesse caso específico, aquelas 40 crianças não teriam morrido se os soviéticos tivessem se baseado na pesquisa séria feita pelo detetive. O detetive foi solto algum tempo depois. Colocaram-no na fronteira, na Sibéria. Coitado do detetive! O filme conta a história dele, narrando esse absurdo.

“Em 60 países, cientistas vão às ruas contra ‘fatos alternativos’ neste sábado”. Isso aconteceu 1 mês ou 2 meses atrás, acho que em abril de 2017.



Portanto, quero dizer o seguinte: nós temos que ter políticas baseadas na ciência, minha gente, em fatos comprovados, não em teorias. Daqui a pouco, qualquer um que assumir um cargo importante no Governo poderá inventar uma teoria ou por em prática algo que leu e achou bonito. Depois, não acontecerá nada, não haverá resultado algum, o Governo será trocado, e ninguém será responsabilizado sobre isso.

Então, é muito importante que, quando formos discutir algo tão grave como a questão das drogas, tenhamos base científica para isso.

Como surge a dependência química? E como surgem as alterações mentais que levam aos transtornos que a droga causa? Tudo começa nos neurônios. Nós temos um cérebro composto por 100 bilhões de neurônios, todos interligados em uma rede sofisticada. Eles têm pontos de contato, os quais chamamos sinapses.

Este é um neurônio. Ele tem ramificações, extensões que se encostam em outros neurônios. Vejam aqui um ponto de contato. Através desses contatos, as redes transmitem sinais elétricos em código, codificados. O neurônio é uma célula muito especial, porque transforma uma informação em sinal elétrico. E, nestes pontos de contato, são liberadas substâncias químicas, aqui representadas por estas bolinhas azuis.

Essas bolinhas azuis se encaixam nos receptores dos neurônios seguintes — esta imagem é de outro neurônio — e, ao se encaixem, disparam sinal elétrico no neurônio seguinte. Elas passam informações como um código de barras. Conforme a frequência de sinais elétricos, a informação é passada. É tal como aqueles códigos de barras dos supermercados, nos quais a barra é mais grossa se a frequência é mais alta; se a frequência é mais espaçada, a barra é mais fina. Quando se passa aquele código no computador, o computador diz tudo o que há ali, por exemplo, que aquele produto é uma fruta, uma maçã fuji, por exemplo, e que custa tanto. Enfim, está tudo codificado no código de barras. Os neurônios também funcionam assim: eles passam informação o tempo todo.

O cérebro tem 100 bilhões de neurônios, cada um com 15 mil conexões em média. Então, é uma quantidade extraordinária de conexões, quase incontáveis, que temos no cérebro. E as regiões do cérebro exercem funções diferentes, articuladas entre si.



Acredito que todos aqui conhecem alguém ou têm algum familiar que teve um derrame. Quando a pessoa perde os neurônios, aquela rede que comanda o movimento de uma parte do corpo, a pessoa fica paralisada naquela parte. Então, os neurônios são muito importantes em nossa vida.

E o que o neurônio faz na prática? Ele percebe o mundo. Ele captura uma informação do mundo, através dos órgãos de sentido — visão, audição, paladar, olfato, tato —, processa aquela informação entre redes de neurônios, confere essas informações com arquivos e dá uma resposta. É isto o que o cérebro faz: captura informação, processa e responde. O tempo todo o cérebro faz isso.

Esses arquivos nós chamamos vulgarmente de memórias. Como a memória se organiza? — isso também é importante saber, para entendermos o fenômeno da dependência química. Vem um sinal pelo neurônio, um sinal químico. Estes três ramos que vocês veem aqui há 5 minutos eram um ramo só. Vem o sinal elétrico intenso, chega até aqui e libera uma quantidade grande de substâncias químicas, que são aquelas bolinhas azuis. Esgota a capacidade de receber a bolinha. Imediatamente, em minutos, forma outro ramo, que começa a passar aquela informação intensa. Então, são vários ramos passando informações e formando uma rede específica para passar aquela informação. Essa rede vai ficar assim para sempre, ela não muda mais. Os neurônios estão sempre formando novas conexões. Essas conexões dessa informação não vão mais desaparecer. Cada vez que passa um sinal elétrico aqui, ele evoca a informação que originou aquela rede. Isso, minha gente, é a memória. É a memória de longo prazo. Essa memória dura a vida inteira. Cada vez que o sinal passar aqui, vamos lembrar aquele fenômeno, aquela coisa que aconteceu.

Foi o Eric Kandel, que ganhou o prêmio Nobel de Medicina do ano 2000, que descobriu como se organiza a memória de longo prazo.

Nós somos as nossas memórias. Nós não somos nada sem as memórias. Tudo na nossa vida é memória, tudo. Até sabermos quem nós somos, a nossa história, o que faz bem e o que faz mal é memória. Então, a memória tem um papel importante, que vou mostrar quando eu falar da dependência química.

Essa aqui é a pesquisa do Kandel. Este vídeo didático mostra como os neurônios vão formando conexões com estímulos.



(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Vocês podem ver aqui o neurônio formando conexão.

Aquelas faisquinhas brancas são sinais elétricos. Trata-se de uma representação. À medida que eles vão passando, os neurônios vão se estendendo, vão formando conexões. Isso ocorre dentro do útero. Isto é um embrião. Às vezes, a mãe nem sabe que está grávida e já está acontecendo esse fenômeno todo dentro da cabeça do embrião.

(Segue-se exibição de imagens.)

Isto é para vocês verem a história, como se formam as conexões.

Aqui é o dia do nascimento: zero. Quando uma criança nasce, ela já formou conexões dentro do útero. O barulho da voz da mãe, as sensações de calor e de frio, tudo isso forma novas conexões. Ela nasce com a média de 1.500 conexões por neurônio. Com as informações que vêm do meio, já que ela começa a enxergar, a ouvir e a interagir, ela vai formando outras conexões. Com 3 anos, 4 anos, ela já tem uma quantidade extraordinária de conexões, que chega a ser 18, 20 mil conexões por neurônio — eram em torno de 1.500. Isso tudo ocorre por causa dos estímulos do meio. Existe o programa genético, mas também existem os estímulos do meio.

A formação de conexões segue uma trajetória e vai caindo com a idade. Há uma diminuição muito rápida a partir dos 9 anos de idade, na fase da puberdade. O cérebro, a partir da puberdade, começa a eliminar conexões que não são muito estimuladas. Tudo o que não é muito estimulado ele apaga. E ele começa a se especializar, então, naquilo que foi mais estimulado. É uma lógica de sobrevivência. Ele se especializa no que foi mais estimulado por uma questão de sobrevivência. E vai caindo: um adulto de 18 anos tem a metade das conexões que tem uma criança de 3 anos.

Isto aqui é a base da nossa discussão sobre primeira infância, desenvolvimento infantil. E é importante porque, nessa fase de especialização do cérebro, nessa fase que corresponde à puberdade com a adolescência, se houver um estímulo muito poderoso, haverá formação de uma memória poderosa, uma memória especializada que não se apaga mais. Se um menino experimentar droga



nessa fase, a memória que vai causar dependência química será muito mais forte do que aquela que ele terá se começar a usar droga depois, na idade adulta.

Segundo o National Institute on Drug Abuse — NIDA, quem fuma maconha mais de uma vez por semana a partir da adolescência tem 50% de chances de ficar dependente — e 11% de chances a partir da idade adulta. Mas, como são os jovens os maiores alvos, inclusive do tráfico, é formada uma quantidade muito grande de gente dependente de drogas desde a adolescência.

Todas as drogas formam memória, todas as drogas causam dependência, inclusive o cigarro e o álcool — todas. O álcool e o cigarro são drogas lícitas, e as outras são ilícitas.

Esta é uma experiência que nos permitiu descobrir onde ficam as memórias da dependência química. Por meio dessa experiência, James Olds descobriu, por acaso, o centro de recompensa cerebral. Ele usou uma agulha para provocar estímulos elétricos no cérebro do rato, a fim de verificar o funcionamento desse órgão. Ele viu que, estimulando determinadas áreas, o rato mexia mais uma perninha ou outra, ou deitava, ou dormia. Sem querer, ele colocou a agulha numa região que ele não conhecia e verificou que o ratinho ficou a apertar a alavanca para disparar o estímulo elétrico. O ratinho não parava de apertar a alavanca, ficava apertando, apertando, apertando; não comia, não bebia água, não fazia mais nada, até morrer.

Os cientistas, então, resolveram fazer outro teste. Colocaram, neste canto, uma alavanca que disparava estímulos elétricos e que depois parava. Colocaram também, em outro canto, outra alavanca. No meio, entre as alavancas, criaram um campo elétrico. Os ratinhos que não tiveram estimulado o centro de recompensa não saíam daqui, tomavam o choque e voltavam. Os ratinhos que já tinham experimentado esse estímulo atravessavam o campo elétrico, levando choque de tudo quanto é lado, para chegarem ao outro lado e serem estimulados de novo.

Peço que coloquem o vídeo para vocês verem a experiência.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Centro de prazer é o centro de recompensa cerebral.



Esta grade está eletrificada. O animal coloca o pé nela, toma um choque e volta. Mas a necessidade de sentir o prazer é tão grande que ele resolve atravessá-la correndo. Arrisca-se para sentir o prazer de novo.

Isso acontece com todas as espécies.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este eslaide mostra um chimpanzé que injeta heroína em si mesmo. E faz isso até morrer. Não se alimenta, não faz mais nada. Ele fica enlouquecido. A formiga tem um sistema cerebral bem primitivo, mas tem um embrião do centro do prazer. Sente prazer em usar o néctar de uma planta. Ela abandona a prole e os ovos, deixa tudo em segundo plano, para continuar sentindo o prazer que aquela substância proporciona.

Neste eslaide, vê-se o esboço do centro de recompensa cerebral. Este é o núcleo tegmental ventral, e este é o núcleo accumbens. Núcleos são conjuntos de neurônios. Todos eles trabalham com uma substância química chamada dopamina — o intermediário é a dopamina. Aqui se organiza o início da memória dos opiáceos, do álcool, do barbitúrico, do benzodiazepínico, da nicotina. Morfina, heroína e ópio são opiáceos. No núcleo accumbens, fica o início da memória de longo prazo da amfetamina, da cocaína, dos opiácios, dos canabinóides, da fenciclidina, da quetamina. Isso aqui é o *crack*.

O movimento que defende a liberação das drogas acha que o grande problema é a proibição. Uma das assertivas que usa é: “*O uso recreativo é a regra. A dependência atinge poucos usuários*” — então, azar deles. Isso é falso. Não é verdade. É muito grande o número de pessoas que ficam dependentes.

Dados sobre a dependência química mostram que 18% da população são dependentes do tabaco; 12% são alcoolistas; 1% a 1,5% são dependentes do *crack*; 4% a 7% são dependentes de outras drogas ilícitas.

No Brasil, há 30 milhões de dependentes químicos de álcool e tabaco — 30 milhões! Alguém acha que esse é um número pequeno? É claro que 100 milhões usam, mas 30 milhões ficam dependentes. E a dependência acontece nessa escala porque essas drogas são lícitas e de fácil acesso; em qualquer lugar se compra bebida alcoólica ou cigarro. Há cerca de 7 milhões de dependentes químicos de



drogas ilícitas. O número é menor justamente porque são ilícitas. Se forem legalizadas, vão ser mais de 30 milhões. Ou vocês duvidam disso?

Há transtornos mentais que predispõe à dependência química. A depressão é um exemplo, e sabe-se que 10% da população têm pelo menos um episódio de depressão grave. O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade atinge 5,6% das crianças, até a adolescência. A esquizofrenia 1% da população tem. O Transtorno Opositivo Desafiador é encontrado em 2% a 16% das pessoas. O Transtorno de Conduta, em 5%. O Transtorno de Personalidade Antissocial, que é a psicopatia, está em 2% da população. O Transtorno de Personalidade Borderline, maior causa de suicídios, atinge 2% das pessoas. O Transtorno Bipolar, 5%.

É claro que a soma desses percentuais daria um número enorme. Mas a maioria das pessoas tem mais de um desses problemas. É o que se chama de comorbidade.

Mais ou menos 25% da população sofrem de transtornos mentais, de variados graus — podem ser leves ou moderados, e às vezes a pessoa nem sabe que tem —, que diminuem o controle de impulsos e aumentam o risco do consumo abusivo de drogas. O menino com déficit de atenção e hiperatividade tem oito vezes mais chances de se tornar dependente químico do que um menino que não tem esses transtornos. Se houver uma oferta maior, vai acontecer.

Esse eslaide mostra o padrão evolutivo de um grupo de usuários de *crack* nos Estados Unidos, país onde começou o uso dessa droga. Foram estudados vários grupos. No grupo 1, houve pouca mudança; no grupo 2, houve alguma mudança; no grupo 3, houve uma mudança expressiva. Observem a média de abstinência. Somando tudo isso aqui, 13 anos depois, se viu que 90% das pessoas recaíram.

É muito fácil dizer: *“Fulano está melhor. Agora, está livre da droga. Está há 1 ano ou 2 anos sem usar”*. É preciso esperar mais tempo para ver se a recaída vai ou não acontecer. E quando vem a recaída, começa tudo de novo, porque a memória continua funcionando, a memória é poderosa. Se a pessoa está ansiosa, entra em estresse, está com qualquer problema ou dificuldade, vem à memória qualquer coisa que evoque o lugar em que ela usava droga, o tipo ou a cor da droga. Isso já chama toda a informação de volta.



A memória é de contexto. Não temos uma memória de uma coisa isolada. Quando sentimos o cheiro do café de manhã, lembramo-nos de tudo; quando sentimos o cheiro de um doce, lembramo-nos da casa da vó, onde era feito; quando sentimos o cheiro de um perfume, lembramo-nos da pessoa que o usava, do ambiente em que estávamos. A memória é sempre contextual. Por isso, é muito difícil a pessoa parar de usar droga vivendo no lugar em que ela consome droga. Ela precisa sair dali e esquecer aquele ambiente ou pelo menos estar longe dele, para ter menos estímulos para uma recaída.

Este é o argumento mais comum do movimento pela liberação das drogas: *“Perdemos a guerra contra as drogas. Só nos resta legalizar”*. Isso também é falso. Esses conceitos de guerra e de perder ou ganhar são muito relativos. Depois nós vamos falar sobre isso.

Outra coisa que se diz também: *“Não existe epidemia de drogas no Brasil”*. Isso também é falso. Existe uma grande epidemia de drogas no Brasil. E, falando nisso, este eslaide mostra os auxílios-doença pagos pelo INSS por causa de consumo de drogas. Não é uma pesquisa da FIOCRUZ nem de entidades que defendem a liberação das drogas. São dados do INSS sobre o auxílio-doença.

Até 2006, o álcool era a maior causa de dependência química relacionada ao pagamento de auxílio-doença — o cara não consegue trabalhar. Foi quando começou a crescer o uso do *crack*, da cocaína, de outras drogas — e explodiu. Em 2013, o consumo de outras drogas como causa de pagamento de auxílio-doença já é três vezes maior — agora, já deve estar quatro ou cinco vezes maior — que o do álcool. Se isso aqui não é uma epidemia, eu não entendo mais nada de saúde pública. É uma epidemia em grande escala. Esse aqui é um estudo feito por pesquisadores da Inglaterra na cidade de Crawley. Eles tiveram uma oportunidade rara de pegar o início de uma epidemia. Chegou à cidade uma pessoa dependente, se não me engano, de heroína. Nos anos de 1962, 1963, 1964, essa pessoa incentivou outras pessoas a usar a droga. Às vezes, eles incentivem a vender para poder manter o vício. Outras também começaram a usar, incentivar outras e tal e, no ano de 1967, já havia uma epidemia importante na cidade.

O problema da droga não é que exista numa quantidade determinada sempre, ela funciona por picos epidêmicos. E na epidemia o assunto é muito mais grave.



Vemos aqui a epidemia da Suécia, onde as drogas eram livres até 1969. Depois ficou tão grave o problema de saúde pública, ficou tão grande o problema de saúde e tão grave o problema de absenteísmo no trabalho que eles proibiram com uma lei muito dura, a chamada Lei dos 10 Pontos, que reduziu em muito o consumo de drogas e a violência. Naquela época, encheram os presídios. A Suécia, depois de derrotar a epidemia, fechou presídios por falta de presos. Mas é preciso derrotar a epidemia primeiro.

Epidemia de metanfetamina no Japão. O Japão dava de graça a metanfetamina para o sujeito ficar mais tempo na fábrica produzindo durante a guerra. Sob o efeito da metanfetamina, o sujeito dormia menos e produzia mais. Era usada inclusive por soldados em vários países. Na Alemanha era usada para os soldados ficarem mais tempo acordados e combater mais.

Quando terminou a guerra no Japão, havia 2 milhões de dependentes químicos da metanfetamina. Um caos! Tráfico funcionando, começavam a fabricar metanfetamina. O Japão ficou numa situação muito grave.

Em 1948, editaram uma lei muito rigorosa, inclusive com prisão de 1 ano para usuários. Depois eles agravaram essa lei com prisão para quem fabricasse componentes da metanfetamina.

Em 1954, 56 mil pessoas foram presas no Japão por tráfico de drogas, fabricação de drogas ou uso de drogas — 56 mil pessoas! Explodiu-se o sistema penitenciário no Japão por causa da epidemia.

Em 1958, só 271 pessoas foram presas. Por quê? Porque havia acabado a epidemia. A epidemia da droga funciona como a epidemia viral, quanto mais vírus tem no ambiente, mais gente doente tem.

O que nós recomendamos numa epidemia de vírus, de gripe A e tal? Que as pessoas evitem contato, lavem as mãos, diminuam o risco de contato com o vírus. A mesma coisa, quanto mais oferta de drogas na rua, mais gente doente vai ter. A relação é direta.

O maior exemplo de quem perdeu a guerra das drogas são os Estados Unidos. Vamos analisar o que aconteceu com o consumo de drogas nos Estados Unidos. Na década de 80, o consumo era relativamente livre. Em 1969, teve o Festival de Woodstock e uma série de histórias. Enfim, entrou o *crack*. Quando



chegou ao auge, no final da década de 80, em Nova York havia dezenas de cracolândias. Em 1989, em Nova York havia 2.750 homicídios vinculados à epidemia de *crack*. Nos bairros periféricos, edifícios inteiros eram tomados por usuários de *crack*, muito mais do que em São Paulo. O que aconteceu? Uma lei super-rigorosa foi baixada, focalizada no *crack*. Ela aumentou a pena por uso de *crack*. A pena pelo uso do *crack* é cinco vezes maior nos Estados Unidos.

Houve uma ação forte e repressiva que desmanchou os núcleos de consumo de *crack*. As pessoas que não eram traficantes foram levadas para tratamento e os traficantes ficaram longo tempo na prisão. Resultado: houve a queda do consumo e da violência. O programa de tolerância zero do ex-Prefeito Rudolph Giuliani foi implantado. Atualmente — vejam bem, estou falando do ano de 1989, quase 30 anos atrás —, Nova York, que tem uma população bem maior, tem 300 homicídios por ano. A taxa de homicídios caiu de 2.750 para 300. Não há mais cracolândia nenhuma em Nova York. Em relação à segurança, os cidadãos podem andar na rua com muito menos receio do que em qualquer cidade brasileira. Essa política de tolerância zero foi rigorosa.

Nils Bejerot, um grande estudioso do tema, foi o arquiteto da política sueca de enfrentamento às drogas. Ele foi um grande psiquiatra, famoso, respeitado internacionalmente, que criou o termo “Síndrome de Estocolmo”, nome dado a um estado psicológico em que uma pessoa fica vinculada ao sequestrador. É interessante lembrar várias afirmações que ele fez sobre as drogas.

Vejam o que diz Nils Bejerot:

Em contraste com as lentas mudanças na saúde mental da população de um país, o abuso de drogas pode aumentar subitamente e se espalhar numa sociedade, e essa epidemia de drogas não tem coincidência com períodos de revolução, guerra, depressão econômica, etc.

Depende da oferta. Isso aconteceu no Brasil. Há uma epidemia de drogas no Brasil por que temos a maior fronteira do mundo com grandes produtores de drogas, que inundam o País todo dia com toneladas e toneladas de drogas. Essa é a causa dessa epidemia.



Se condições sociais, como péssimas condições de moradia e baixos salários, são a causa da adição, é difícil explicar por que a adição epidêmica atinge oito vezes mais homens que mulheres. As mulheres vivem nas mesmas casas que os homens vivem e seus salários são, em geral, mais baixos.

Historicamente, em qualquer lugar onde houve epidemia de drogas, o abuso massivo não pôde ser detido até que restrições foram impostas à venda da substância. Isso mostra o papel da acessibilidade da droga em manter a epidemia.

Aparentemente, é uma coisa óbvia.

Até 1968 legisladores e juízes na Suécia consideravam a posse de drogas com condescendência se ficava óbvio que a droga era para uso pessoal e as acusações eram arquivadas, sem exceção — mesmo com o rigor da lei, a situação da Suécia ficou tão grave que eles tiveram que mudar a legislação.

Agora é compreendido, de forma mais disseminada, que se nós queremos realmente controlar a epidemia, até mesmo esses casos devem ser submetidos a medidas terapêuticas, ainda que o principal efeito seja eliminar a fonte de infecção da epidemia por pouco tempo.

Na epidemia da adição, medidas pobremente planejadas e sem empenho podem resultar num aumento da virulência epidêmica; — foi o que aconteceu no Brasil: havia muito discurso para enfrentar a epidemia, e a prática era zero —, o tráfico ilícito tem tempo para se desenvolver e se reorganizar; a discrepância entre risco moderado e enormes lucros irá estimular o tráfico ilícito e a manufatura de drogas em larga escala.



Essa é uma frase muito importante: *“discrepância entre risco moderado e enormes lucros (...)”* É isso o que está acontecendo em toda a parte no Brasil e no Rio de Janeiro. O sujeito fica pouco tempo na prisão, quando é preso como traficante, a não ser que ele tenha cometido crimes horríveis e tal. Mas ele fica preso pouco tempo.

Eu defendo que o usuário precisa de tratamento e não de prisão, mas o usuário não é preso, o usuário cumpre penas alternativas na lei atual e no nosso projeto de lei também.

Todo o ser humano instintivamente faz esse peso, mais ainda o sujeito que está numa atividade ilícita: o que ele tem de possibilidade de lucro e o risco de perder, o que ele perde? É humano isso, é um instinto humano.

Quando ocorreu a saída da Polícia Militar das ruas do Espírito Santo, o que aconteceu? Gente que nunca roubou nada saiu para a rua para ajudar a saquear, depois devolveram os produtos saqueados. Muitos deles se arrependeram — não é, Jorge? —, devolveram geladeira, queriam devolvê-la na delegacia. O cara se arrependeu, mas na hora pesou o instinto, se todo o mundo está levando vantagem, também quero, vou levar vantagem.

No início de uma epidemia de adição massiva sempre estão os mais vulneráveis — essa aqui é a escalada da epidemia. No começo, são os mais pobres, os mais vulneráveis —, são as pessoas desajustadas, com pessoas com transtornos mentais e um ambiente social desfavorável.

Quando o abuso em massa se espalha mais, menos pessoas desajustadas entram na zona de risco, e, finalmente, a população em geral é puxada para dentro dela.

No final, gente que não tem transtorno mental diz: *“Ah, mas é para acompanhar a moda, para fazer tudo”*. E há uma coisa importante, a droga tem uma característica: sabemos por que o sujeito começa a usá-la. Ele faz uso dela para acompanhar a tribo, para sentir prazer, por achar uma coisa desafiante, sentir o



prazer da droga e tal. Depois a dependência mantém o uso fora do controle da pessoa. No começo, ela controla; depois, não controla mais.

A violência é fruto do tráfico. Se legalizá-la, acaba a violência. Esse é outro mito que vendem. *“Vamos acabar com a violência! Vamos acabar com o tráfico de drogas! Vamos legalizar! Legalizando, acaba tudo”*. Eu estive no Uruguai participando de um debate sobre liberar ou não liberar as drogas. Após 1 ano de a lei ter sido promulgada, até hoje o Uruguai não conseguiu colocar maconha para ser vendida na farmácia. Eles só liberaram o plantio. Chegou a esse cúmulo.

No ano seguinte houve uma discussão aqui no Brasil. Eles eram bastante convidados para vir ao Brasil, inclusive pelas SENADs, para falar sobre a experiência uruguaia, o principal coordenador do programa do Uruguai, Julio Calzada, se não me engano, disse: *“No Uruguai, depois de 1 ano que a maconha foi liberada, não tem mais homicídio, é zero”*. Eu disse: Como? Há zero homicídio? Vai aumentar. Ele disse: *“Não, não, é zero”*. Mas aumentou. Essa é a discussão. Esse índice é falso, não é verdadeiro.

No princípio, havia uma guerra para obrigar o País a liberar as drogas, e não para proibi-las. Essa foi a primeira grande guerra relacionada às drogas. A Inglaterra as produzia. Uma parte das drogas que existe hoje sempre existiu. Na Antiguidade, tomava-se vinho, usava-se maconha, mas o consumo de drogas, principalmente as menos difundidas, acontecia numa escala artesanal.

A partir do século XVIII, começou uma produção industrial na Inglaterra e principalmente na Índia para venda na China. Plantavam a papoula e transformavam-na em ópio, a ser vendido na China, que tinha 450 milhões de habitantes — já era o país mais populoso do mundo. Trocavam por seda, porcelana; e tinham lucros fabulosos.

Esta é a plantinha. O pessoal que defende a liberação da maconha questiona: *“Que mal faz uma plantinha? Uma plantinha não faz mal nenhum. É da natureza. Por que proibir?”* Eu acho a plantinha da papoula até mais bonita do que a da maconha, mas o seu poder de destruição é gigantesco.

Este eslaide traz uma foto de usuários do ópio na China.

O Imperador da Dinastia Qing proibiu a droga em 1799. Quando começou o processo de proibição, a Inglaterra passou a fazer contrabando, porque tinha lucros



muito grandes. Em 1839, se eu não me engano, o Imperador seguinte radicalizou e mandou jogar no mar todo o ópio que chegasse aos portos chineses.

Aí, os comerciantes ingleses convenceram a Rainha a fazer a guerra. E a Inglaterra, com 8 mil soldados, interviu militarmente na China, dominou todo o país e incendiou o palácio do Imperador. O exército chinês não conseguia sair dos alojamentos por causa da quantidade de soldados viciados. A população não conseguia...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, apenas para cumprimentar o Ministro Osmar.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Deputado Paulo, que saudades suas!

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu também. Gostaria até de debater o tema. Por isso, queria saber por quanto tempo V.Exa. vai prosseguir.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - O tempo quem me deu foi a Presidente. Eu não estou...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Quanto tempo ainda resta para o debate? Eu tenho uma infinidade de discordâncias e gostaria de debater, porque acho que ele, como Governo, já poderia ter feito tudo que prega e é necessário fazer. Então, eu gostaria de saber quanto tempo ainda resta para que o debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Deputado Paulo, nós realmente não definimos um tempo específico para o Ministro. Naturalmente, ele estabelecerá seu tempo com coerência, para que possamos ter um bom debate. Não há um tempo específico para a finalização desta audiência, mas eu acredito que o Ministro já esteja na parte final da apresentação.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Nós já passamos da metade, Deputado. Pode ficar tranquilo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Eu quero também informar que todos os Parlamentares, inclusive V.Exa., que está inscrito, terão tempo suficiente para fazer as intervenções e participar do debate, com ou sem discordância.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Está bem. Eu só queria ponderar ao Ministro — estou até vendo quem foi Relator desta matéria, o Deputado Givaldo Carimbão — que estou ouvindo uma série de afirmações pelas quais tenho uma



discordância profunda e quero dialogar com ele. Mas eu estou preocupado com a extensão de sua apresentação, porque tenho um compromisso às 16h30 e não vou conseguir ficar depois.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Ah bom. Aí é outra coisa. Mas eu também tenho um compromisso e já estou terminando. Vou ser objetivo, não se preocupe.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Está bem.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Este eslaide mostra vítimas do ópio, que ficam num estado físico semelhante ao do *crack*, e este mostra mortos da guerra — 45 mil pessoas morreram na Guerra do Ópio, quando a Inglaterra dominou a China, com 8 mil soldados.

Esses sujeitos foram os homens mais ricos do século XIX. Eram eles que produziam ópio na Índia e vendiam na China. Inclusive esse aqui, o terceiro, é o David Sassoon. O filho se casou com uma herdeira dos Rothschild. E o dinheiro do ópio alimentou a acumulação capitalista dos grandes bancos da época, inclusive dos Rothschild na Inglaterra, onde o ópio era proibido. O país fez uma guerra para liberar a droga na China, mas a proibia no seu território.

A violência vinculada direta ou indiretamente ao transtorno mental causado pelo consumo de drogas é maior do que a do tráfico. E eu vou mostrar por quê. Temos mortes associadas ao transtorno mental por uso de drogas.

Aumentou muito o número de parricídios. O filho, desesperado, querendo pegar o dinheiro dos pais para comprar drogas, acaba agredindo ou até matando o pai ou a mãe.

Também podemos pensar nos homicídios por causas banais, causados por álcool e outras drogas. As pessoas, homens em geral, começam a discutir por causa de futebol, de mulher e acabam se matando.

Todo mundo sabe que a maior causa da violência doméstica é o álcool, porque é legal, é lícito. É fácil comprar uma garrafa de álcool, sair do trabalho, tomar um trago, chegar em casa meio fora de controle e, por qualquer motivo, agredir a mulher e os filhos.



A maconha mata mais pessoas em acidentes de trânsito do que o álcool, segundo pesquisa do Dr. Flávio Pechansky, publicada pela SENAD — Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, feita na Grande Porto Alegre.

Também aumentou o número de mortes por acidentes em geral relacionados às drogas e de suicídios de jovens consumidores de drogas.

“Ah, mas há Estados americanos que liberaram a maconha.” Vejam as estatísticas do Colorado. A partir da liberação, aumentou a violência: aumentou o número de estupros e de homicídios. Na população dos Estados americanos que usam maconha medicinal, outra falácia, é bem maior o número de consumidores do que na população dos Estados que não permitem a maconha medicinal.

O Uruguai, que tinha zerado o número de homicídios, está batendo recordes. Nunca se matou tanto no Uruguai como agora. Essa é a pesquisa da FUNDAPRO — Fundación Propuestas e do El País. São dados da polícia uruguaia.

Drogas matam mais americanos do que mataram as guerras do Vietnã ou da Coréia — 59 mil norte-americanos morreram de overdose em 2016; a Guerra do Vietnã matou 58 mil soldados. Então, não é só o tráfico que mata. A droga também mata. Agora mudou: a droga que mais está entrando lá é a heroína. O país vive a epidemia de uso do fentanyl, droga 100 vezes mais potente que a morfina, que tem a venda controlada.

A violência, a impulsividade, a agressão são causadas por transtornos psiquiátricos, abuso de substâncias, ambiente, gênero e genes.

Sobre transtornos mentais e abuso de drogas eu já falei.

Estavam usando drogas 50% dos envolvidos em acidentes graves e 60% dos envolvidos em homicídios. A droga mata direta e indiretamente.

Essas são outras drogas detectadas em motoristas de países que fazem essa pesquisa.

No Brasil, uma pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre mostra lesões cerebrais decorrentes do uso da droga. Esse é o cérebro de uma pessoa que não consome drogas, e esse, de um usuário de cocaína. Essas áreas escuras não funcionam. Esse é um exame chamado Tomografia por Emissão de Pósitrons.

“Ela gritava pelos filhos, dizia para salvar os filhos”, afirma estudante que presenciou incêndio em Porto Alegre.” Esse foi o caso de um homem que incendiou



o apartamento: matou lá dentro os dois filhos, duas crianças pequenas, e jogou a mulher pela janela, sob efeito do *crack*.

Transtornos do humor, incluindo depressão e transtorno bipolar, têm alta comorbidade com abuso de substâncias na adolescência. Entre 60% a 80% dos adolescentes com dependência química têm alguma outra forma de psicopatologia.

Este é outro mito que se vende: *“O Brasil tem a 4ª maior população carcerária do mundo. Portanto, não podemos mais prender ninguém. Temos que soltar os traficantes.”* Quero dizer, primeiro, que isso não é verdade. Temos a 4ª ou a 5ª maior população do mundo. É como a China, que tem 1 bilhão e 300 milhões de habitantes e, é claro, tem uma população carcerária grande, mas é o 135º na proporção presos/população. O Brasil, nessa proporção, é o 31º, e não o 4º.

“Com a legalização das drogas, a arrecadação vai cobrir todas as despesas. Vai ser muito bom. Então, vamos legalizar para arrecadar mais.” Isso é falso. A arrecadação é insuficiente para bancar os gastos médicos do cigarro. Vejam os dados do INCA — Instituto do Câncer e do Ministério da Saúde: o consumo de cigarros e derivados causa um gasto médico de 56,9 bilhões de reais por ano ao País, e a arrecadação de impostos sobre o cigarro foi de 12,9 bilhões de reais em 2015.

“Vamos legalizar as outras drogas e ver no que vai dar.” Falam como se legalizar as drogas fosse acabar com o crime organizado. Trinta por cento dos cigarros consumidos no Brasil são contrabandeados, ilegalmente produzidos. E dão lucros bilionários ao crime organizado, segundo pesquisa do IBOPE/IDESF.

Há outros aspectos importantes. O dependente imagina que é livre, que pode parar quando quiser. Seus amigos e parentes acreditam nisso e assim não o importunam para resolver a situação. Mas o catastrófico modo de vida do dependente prova o contrário.

Essas são ideias de Nils Bejerot.

O dependente químico não somente danifica a si próprio, a seus amigos e parentes; ele também causa danos a toda a comunidade. O dependente grave é socialmente incapaz. Portanto, os membros saudáveis da comunidade têm de carregar a sua parte da carga de responsabilidades. Essa comunidade deve ter o



direito de que o dependente seja submetido a um tratamento que possa ajudá-lo e que diminua a sua carga sobre os outros.

A liberdade de um não pode ser a escravidão dos outros. A liberdade é um conceito que tem de valer para todo mundo igualmente. “Ah, eu sou livre para fumar droga”. Mas também não trabalhará, não cuidará dos filhos e de mais nada. Isso é o que a droga causa.

Eu vou pular uma parte da apresentação para atender ao Deputado Paulo.

Frequentemente, o abuso inicial da droga é completamente incidental: curiosidade, desejo de pertencer a um grupo, necessidade medicamentosa. O incidente que leva o indivíduo a iniciar o uso não tem nada a ver com o que o leva a persistir no uso e se tornar dependente. Já é um transtorno mental causado pela droga.

Eu fiz um levantamento de todos os trabalhos publicados sobre *Cannabis* em revistas científicas sérias e respeitadas no mundo. Há 15.312 trabalhos publicados — 90% dizem que a maconha causa muito mais danos do que benefícios; 5% dizem que pode causar algum dano, mas que é preciso estudá-la melhor; e 5% dizem que essa droga tem alguma coisa boa. Quando querem liberar a maconha, só publicam as pesquisas que dizem que é boa. É preciso ver o conjunto.

Os executivos já estão interessados no mercado, querendo criar indústrias para vender mais drogas do que já há.

Nesta imagem, o Mujica visita o David Rockefeller. Vejam que cena linda: o guerrilheiro anarquista do Tupamaros pedindo apoio ao símbolo do capitalismo mundial.

Ele conseguiu o apoio do George Soros, que financiará informes para resultados da legalização da maconha no Uruguai. Uma organização chamada Open Society Foundations, do Soros, um dos homens mais ricos do mundo, financia a campanha de liberação das drogas no Brasil. Os senhores já sabem disso.

Este é o livro que originou toda a falácia portuguesa, “*Descriminalização da droga em Portugal: lições para criar políticas justas e bem sucedidas sobre a droga*”, escrito por Glenn Greenwald, um jornalista conhecido. Ele se baseou em informações do próprio autor da proposta portuguesa. Então, há um viés complicado. Uma avaliação independente do Instituto Nacional de Administração



encontrou dados completamente diferentes dos divulgados pelo pesquisador português e pelo Greenwald.

A Suécia, que tem a mesma população de Portugal, tem uma situação melhor. Quando Portugal descriminalizou a droga, aumentou muito o número de processos, de consultas e de tratamentos de dependentes químicos. De 1999 a 2003 — a descriminalização ocorreu em 2001 —, o número de crimes associados a drogas aumentou.

Esta é uma frase que eu peguei do relatório do INA, que analisa a questão portuguesa:

Infelizmente, o atual sistema de informação é particularmente insuficiente para conhecer a realidade, inadequado face à estratégia, aos objetivos e ao plano aprovados, impotente para alimentar o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, omissos quanto às dimensões de acompanhamento, avaliação e controle, incoerente quanto à fiabilidade e ao relacionamento entre dados disponibilizados.

Eles liquidam os dados usados no livro.

Este eslaide mostra o consumo de drogas na Suécia e em toda a Europa. A Suécia, com uma política mais dura, tem muito menos dependentes químicos que o restante do continente.

Portugal e Suécia têm a mesma população. Apesar disso, Portugal tem 45 mil pessoas em redução de danos e 200 mil dependentes. A Suécia tem mil pessoas em redução de danos e 26 mil dependentes.

A maconha no Brasil atinge principalmente a população mais jovem. É nessa fase que se cria um grande número de dependentes. É importante ressaltar isso. Essa é a tragédia, porque os jovens são desinformados e informados pela rede, pela Internet, que vive difundindo o uso da maconha.

Um estudo de Sérgio de Paula Ramos mostra os efeitos associados ao uso de maconha em jovens. Fergusson fala do prejuízo para o desempenho escolar. Há dependência em 12% a 53% dos usuários — no Brasil, 37% — e aumento da chance de se envolver com outras drogas e de fracassar na vida. Os estudiosos



destacam, ainda, sintomas psicóticos, esquizofrenia e depressão desenvolvidos a partir do uso da maconha. Por último, a possibilidade de se envolver em acidentes de trânsito é dobrada.

O uso precoce da maconha também está associado a altos índices de evasão escolar — quase o dobro —; à dificuldade em se obter um diploma — mais que o dobro —; a uma maior necessidade de amparo previdenciário; a um comportamento suicida — três vezes mais —; ao uso de outras drogas ilícitas — cinco vezes mais. E a dependência da maconha é muito alta. A única coisa que a maconha não diminui é a sensação de prazer que proporciona. Por isso, a pessoa tem dificuldade de parar de fumar.

A informação é algo muito importante. Quando os órgãos de governo fazem campanha, esclarecendo sobre o risco, diminui o número de usuários. Quando o governo não fala nada, esse número aumenta.

Este quadro mostra como o consumo aumentou nos Estados americanos que legalizaram a maconha. Em 1993, a *Cannabis* representava 8% das admissões para tratamento hospitalar nos EUA. Em 2009, essa proporção já era de 18%.

Entre usuários de 15 a 19 anos, 83% dos pacientes que precisam tratamento para drogas usaram primeiro a *Cannabis*.

A ANVISA está cometendo um erro grave, em minha opinião. Está dizendo que a maconha tem efeitos medicinais e, agora, está querendo liberar o plantio. Na verdade, a ANVISA, fora da lei, fora das evidências científicas, está procurando legalizar na marra a maconha no Brasil, dizendo que é medicinal.

Estão dizendo que há uma molécula na maconha, o canabidiol, que é um bom remédio anticonvulsivante. Até pode ser, mas ainda está em pesquisa. O maior centro de pesquisa sobre isso no mundo é a Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. O Dr. José Crippa comandava a pesquisa. Ele era, inclusive, o médico da menina que apareceu no *Fantástico* usando o canabidiol.

O que o Crippa e todos que pesquisam isso com seriedade dizem? Eu sempre uso um exemplo que acho importante: o veneno da jararaca comum, analisado pela primeira vez em 1948, tem um poderoso vasodilatador, a bradicinina. Isso gerou o captopril, um medicamento usado em grande escala para tratar pressão alta. Mas ninguém receita picada de jararaca para tratar pressão alta.



A maconha tem 490 substâncias, que, em sua maioria, causam danos enormes, inclusive dependência química e psicoses. Não se pode fumar maconha para se tratar por que há nela uma molécula que pode ter efeito em alguns casos raros de convulsão.

O que se pergunta não é apenas para que liberar as drogas, mas também quem está interessado na liberalização. São usuários descompromissados com a saúde pública, com medo de ser presos; idealistas defensores do direito de se drogar, entre eles muitos seguidores de Foucault e outros filósofos; e grupos de interesse econômico na exploração desse novo negócio, que é o mais pesado.

O PL 7.663/2010, que agora é o PLC 37/2013, que está no Senado, aumenta a pena dos traficantes e introduz a internação involuntária para desintoxicação, que é diferente da internação compulsória. Isso é extraído da Lei Antimanicomial. Quando tem um surto esquizofrênico, o sujeito pode ser, a pedido da família e por decisão do médico, internado.

Os senhores acham que aquele pessoal que está intoxicado pelo *crack*, lá na Praça Santa Isabel, tem capacidade de discernir alguma coisa? Eles estão em uma situação de confusão mental importantíssima. Eles precisam de um período de desintoxicação para poder raciocinar. Então, a internação ocorre se a família pedir e o médico determinar, durante a fase aguda, que leva em média 21 dias. Isso tem que ser feito em ambiente hospitalar, porque a síndrome de abstinência causa convulsão. O paciente pode até morrer quando para de usar droga, tão grave é a alteração que ela causa. E a determinação é que haja a supervisão do Ministério Público, para não dizer que se está interferindo na situação individual, na liberdade individual.

O PL ainda estabelece uma rede de atendimento, com organizações governamentais e não governamentais, as chamadas comunidades terapêuticas, tratadas como uma monstruosidade pela antiga equipe da área mental do Ministério da Saúde e por grande parte equipe que estava na SENAD. Abominavam-se as comunidades terapêuticas.

As comunidades terapêuticas fazem uma abstinência assistida. A grande divergência que se tem nessa discussão é que toda a política feita nos últimos 14 anos trabalhou apenas a redução de danos. Não defendia a abstinência. Assim, os



CAPS Álcool e Drogas não resolvem o problema de ninguém. Perguntem às mães que levam, desesperadas, seus filhos aos CAPS que são orientados a trabalhar apenas a redução de danos. Vejam o que elas têm a dizer.

As comunidades terapêuticas têm um papel importante, desde que sigam um protocolo científico claro. Não importa se têm cunho religioso ou não. A fé ajuda muito. Acreditar em alguma coisa ajuda muito a pessoa a se controlar, a ouvir. Não há problema nenhum nisso. Mas deve ser seguido um critério, um protocolo determinado.

O problema é a quantidade de drogas? Deve-se estabelecer a diferença entre usuário e traficante assim? É uma grande divergência que eu o Deputado Paulo tivemos na discussão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Ainda temos, é claro. Desculpe-me eu ter falado o verbo no passado.

O que o Deputado e outras pessoas defendem é que o que separa o usuário do traficante é a quantidade de drogas que se porta. A proposta, se não me engano, é que, se a quantidade de drogas for suficiente para uso em 10 dias, o sujeito será usuário. Se for para mais, ele será traficante. Era mais ou menos isso.

Então, eu enchi um saquinho plástico transparente com pedrinhas de giz imitando pedras de crack. O consumo de 10 dias pode ser esse aqui. A cada 15 minutos, passa o efeito do *crack*. O sujeito que está na fase de fissura, de compulsão mais exagerada, chega a fumar 300, 400 pedras de *crack* em 10 dias. No desespero, ele fuma isso. Qual é o traficante que vai andar com mais do que isso aqui? Para quê? Assim, não será preso traficante nenhum! A droga não será retirada da rua! Isso aqui legaliza a circulação da droga no Brasil.

No Brasil, o usuário não é preso, mas sofre penas alternativas. O traficante é preso. Quem pode definir isso, se a quantidade de droga não é o bastante? Quem lida com o assunto. Querer desmoralizar a polícia, o promotor e o juiz, que dá a decisão, é um absurdo. Isso pode servir para os outros crimes também. E aí não vão prender mais ninguém.

O policial pode avaliar a conjuntura, em um momento de apreensão. Se o sujeito tem uma pedra de *crack* num bolso e no outro um monte de notas de 10



reais, num ambiente em que se vende a pedra, ele pode ser traficante. O policial é que tem que avaliar isso. Ele deve ter autoridade para isso. O processo ainda vai para o promotor, que avalia, e para o juiz, que decide se o sujeito é ou não traficante. Vamos combinar que, se não for assim, nós liberaremos a droga no Brasil. “Ah, todo policial é corrupto. Não gosta de negro, não gosta de pobre.” Esse é o discurso de sempre.

Eu acredito que existe gente corrupta em todos os lugares. Podemos dizer isso aqui na Câmara dos Deputados. Eu, na qualidade de Deputado, posso dizer isso. Existe corrupto em todos os lugares. Há padre corrupto, há militar corrupto. Em alguns lugares, há mais, em outros, menos. Generalizar e tirar a função essencial de investigação de um policial porque algum caso se desviou é um absurdo!

Sem polícia, minha gente, não podemos atravessar a rua, não podemos virar a esquina, pois corremos o risco de ser agredidos, atacados. A polícia é a garantia da democracia, assim como o promotor e o juiz nesse caso.

O PL 7.663/2010 cria um sistema de informação e avaliação, já que a Lei nº 11.343, de 2006 não prevê nenhum tipo de avaliação — não se sabe se o que estão fazendo está funcionando ou não —, e redefine o papel dos entes federados.

Estamos aqui para debater.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Deputada Eliziane Gama, eu gostaria de indagar aos inscritos que estão na minha frente se me permitem ser o primeiro orador, porque tenho que sair. Tenho um compromisso às 16h30min e não posso me atrasar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Deputado Paulo Teixeira, se os Parlamentares que estão inscritos na frente de V.Exa. acatarem o pedido, não há nenhum óbice.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Acho que um deles é o Deputado Givaldo Carimbão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Estão inscritos na sua frente o Deputado Flavinho, o Deputado Givaldo Carimbão, o Deputado Silas Freire e o Deputado...



O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - De quanto tempo precisaria, companheiro Deputado Paulo?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Se são 5 minutos, não há problema.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu queria agradecer aos Deputados...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Deputado, o Relator da Comissão tem a prerrogativa de falar inicialmente. Se ele também passar a vez para V.Exa...

O Relator falará antes? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Se o prazo for realmente de 5 minutos, não há problema. É importante falarmos depois da explanação do Ministro.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - São 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Então, eu também faço uma concessão quanto à ordem dos pronunciamentos.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Inicialmente, quero cumprimentar a Deputada Eliziane Gama, o Deputado Eros Biondini, o Ministro Osmar Terra, que é Deputado também, e os demais Deputados, agradecendo a gentileza de todos por me cederem esse espaço. E peço ao Secretário que comece a marcar o tempo.

O Ministro Osmar Terra trouxe sua apresentação como Ministro, mas ainda parece Parlamentar, e não membro do Governo.

Eu vou tentar fazer uma medição da realidade do uso de drogas no Brasil antes e depois do Ministro Osmar Terra, para ver o que se modificou nessa realidade, com tantas certezas e convicções que S.Exa. tem.

Em primeiro lugar, o álcool é a droga que mais causa problema no Brasil. V.Exa. não falou disso. V.Exa. teria que ter a coragem de dizer que é preciso restringir o anúncio de drogas. Gostaria de ver uma iniciativa do Governo de V.Exa. para diminuir o anúncio de drogas na televisão brasileira. O álcool é o principal fator do início do abuso de drogas no Brasil. V.Exa. precisa falar sobre isso.



Em segundo lugar, V.Exa. parece brigar com a realidade mundial: critica as sugestões uruguaias, americanas e portuguesas. Parece-me que só V.Exa. detém a verdade.

Em terceiro lugar, as iniciativas de V.Exa. não prosperaram no Parlamento brasileiro, nem na Câmara nem no Senado, tanto que a boa relatoria do Deputado Givaldo Carimbão impediu a criminalização do usuário, como queria V.Exa.

Em quarto lugar, do ponto de vista da violência, a ofensividade da maconha está em torno do mercado, e não do uso. Eu nunca ouvi dizer que uma pessoa sob o efeito de maconha fosse violenta. Pode haver outras questões, mas dizer que a maconha gera violência... O que gera violência é o mercado ilegal da droga. Os Estados Unidos enfrentaram isso na década de 30 com a proibição do álcool. Al Capone é fruto da proibição do álcool.

Em quinto lugar, quando V.Exa. usa o exemplo do *crack*, que é um exemplo de Portugal, em minha opinião, segue um raciocínio perverso. Distingue-se o usuário do traficante pela quantidade. Então, V.Exa. pega um saco, enche de giz e diz: *“Olhe quanto o usuário de crack usaria!”* Mas o *crack* não é a única droga. Na verdade, ao manter uma lei que define o usuário por pequenas quantidades de drogas, V.Exa. está querendo que ele vá todo dia comprar do crime organizado, tendo com ele uma convivência mais constante. V.Exa. devia ter a honestidade de dizer: *“Temos que dar um tratamento diferenciado para o crack. Vamos ver como”*.

Por último, quando V.Exa. compara o Brasil com a Noruega, eu falo que aqui está faltando a mesma sociedade que existe lá, sem desigualdade ou exclusão social. O usuário na Noruega tem uma casa; o daqui não tem. Falta isso.

O que eu peço a V.Exa., como Ministro, é que crie um programa de atendimento aos usuários de *crack*, para que tenham moradia, assistência social, trabalho e todos os serviços de reabilitação.

O Brasil tem fronteira com a Colômbia, com a Venezuela, com a Bolívia e com o Peru. Eu queria saber o que V.Exa. vai fazer diante dessa realidade.

Portanto, a opinião que eu tenho é que a fala de V.Exa. remete ao que já está aí, ou seja, V.Exa. propõe que as coisas continuem do jeito que estão. V.Exa. está brigando com quem quer mudar, mas não diz como vai mudar o que está aí, que é o que nos assusta. V.Exa. brigou aqui com o Uruguai, com os Estados Unidos, com



Portugal, com The Drug Policy Foundation, com os liberais. Eu queria saber como vai se defrontar com a realidade atual do Brasil, para nos dizer que antes de Osmar Terra ela era uma e depois passou a ser outra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Obrigada, Deputado Paulo Teixeira.

Pergunto ao Ministro se quer responder de imediato ou se podemos trabalhar em bloco. Geralmente, nós trabalhamos em bloco.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Vamos trabalhar em bloco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Passo a palavra ao nosso Relator da Comissão, Deputado Eros Biondini. *(Pausa.)*

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Em primeiro lugar, Deputado Paulo Teixeira, nós somos...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - ...da briga de V.Exa. também com a ANVISA, do seu Governo. A ANVISA está tentando...

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - A ANVISA não é do meu Governo. Não, não, não! Vamos devagar! A ANVISA é uma agência que foi nomeada no seu Governo. Tem o mesmo viés de liberação das drogas que tinha o seu Governo.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Aquele ex-Prefeito de São Bernardo foi nomeado por Michel Temer.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Primeiro, Deputado, essa questão de Governo é relativa, porque nós estamos há 1 ano no Governo. O seu partido ficou quase 14 anos, e o quadro só se agravou. Se há uma epidemia de drogas nessa gravidade, nessa intensidade, é porque pouco ou nada foi feito nesses 14 anos.

Agora, nós estamos tentando recuperar, restabelecer, de alguma forma, uma política nacional. Isso envolve o novo comando da área de saúde mental do Ministério da Saúde e o novo comando da SENAD. Já começou com o Ministro anterior e, agora, está avançando em algumas propostas. Criamos o Plano Nacional de Segurança Pública, que não havia antes. Eu acho que algumas coisas estão começando a acontecer, mas vamos convir que o peso e a inércia de tanto tempo sem fazer nada causam uma dificuldade grande de haver resultados num curto prazo. Essa é a primeira coisa.



A segunda coisa, Deputado, é que eu não brigo com a realidade mundial. No mundo, há mais de 200 países. Todos proíbem as drogas ilícitas, inclusive Portugal e até os Estados Unidos, à exceção de alguns Estados que liberaram a maconha. Todas as drogas ilícitas e a maconha são proibidas nos Estados Unidos em nível federal. Por quê? Porque os países foram sofrendo as consequências do consumo de drogas. Quando a produção industrial de drogas afetou grandes populações, causou grandes epidemias, passou a haver sua proibição por todo o mundo. Há países, inclusive, que proíbem o álcool hoje.

A realidade mundial não é a descriminalização portuguesa, porque as drogas são proibidas em Portugal também. Não é a realidade do Uruguai, porque as outras drogas são proibidas lá. A alegação do Presidente Mujica quando estava querendo liberar a maconha no Uruguai foi a de que isso diminuiria o consumo das outras drogas. Aumentou, ao contrário do que ele falou.

O que eu estou dizendo é que há comprovação científica de que o aumento do rigor no enfrentamento contra as drogas protege a sociedade, diminui o número de usuários e dependentes, diminui o problema médico e melhora muito o problema de segurança — muito!

Há um discurso padrão que diz: *“Está mudando o negócio no mundo. Fracassou tudo o que se fez até hoje. Então, vamos mudar.”* E aí se vai para um discurso de liberação.

A liberação já aconteceu no mundo. No mundo, as drogas já foram livres por milhares de anos, até que houvesse as proibições de hoje. Na Suécia, as drogas foram livres até 1969; na Indonésia, até a década de 50; bem como no Japão, conforme eu mostrei. Enfim, por que as proibiram?

A liberação não é uma realidade mundial. Eu nunca defendi — está aqui o Deputado Givaldo Carimbão, que pode afirmar isso — a criminalização de usuário. Eu sou médico e acho que tratar o usuário é um problema médico. Agora achar que o usuário que está vendendo droga não é traficante é outra conversa. *“Ah, coitadinho! Ele tem que manter o vício, é só para manter o vício.”* Mas, para manter o vício, ele está adoecendo centenas de pessoas e é ele quem leva a droga. Quem vai levar a droga para o filho ou para o neto do Deputado Carimbão, que está lá na escola, não é o Fernandinho Beira-Mar. Quem vai levar a droga para ele é o amigo



dele, que a está vendendo para manter o seu consumo ou, às vezes, para ganhar dinheiro também.

A rede capilarizada de venda de droga é de pequenos traficantes. Se nós não os tirarmos das ruas, não acabaremos com o tráfico de drogas, só o incrementaremos. Achar que nós só vamos prender o grande traficante e o resto vai continuar... Isso não existe, não se vai resolver nada desse jeito.

A maconha *versus* o mercado ilegal: a maconha é uma droga que causa danos sim. Se ela causa danos, ela tem que ser tratada como uma droga que causa danos. O problema é que os efeitos da maconha são a longo prazo. Nem sempre os efeitos a curto prazo da maconha são tão exuberantes, mas hoje se sabe que uma pessoa que fuma um cigarro de maconha e vai dirigir um automóvel corre um alto risco de provocar um acidente e mata gente com isso.

Pesquisa feita pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre mostra isso com clareza. O maior número de acidentes de automóvel com pessoas usuárias de drogas é por maconha e não por álcool. Isso porque as pessoas começam a evitar o álcool, devido à Lei Seca, e começam a fumar maconha para dirigir, para se sentir bem dirigindo e tal.

A maconha causa retardo mental, esquizofrenia. Eu mostrei ali que há 14 mil trabalhos publicados mostrando que a maconha causa danos sérios em vários níveis. E nós vamos dizer que não há problema em usar maconha? A campanha para a liberação é esta: não há problema; maconha é bom; maconha é remédio. Segundo a revista *Superinteressante*, parece que a maconha é o melhor remédio do mundo. A campanha para liberar é uma campanha injusta e desinforma a juventude. A liberação delas causará muito dano e muita morte de jovens a longo prazo.

Se eu reduzir a quantidade de drogas, vou obrigar o sujeito — o Deputado pode dizer isso — a comprar droga todo dia. O que eu quero é que ele não compre droga. Eu não quero que ele vá comprar todo dia. O que eu quero é que ele não compre droga nunca. O meu trabalho é para isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Está bom. Eu sou a favor de restrições ao álcool, Deputado Paulo Teixeira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Nós estávamos discutindo essa lei.

Em relação ao álcool, no momento em que se libera acontece um fenômeno. Hoje o álcool e o cigarro compõem uma parte importante da economia, envolvem milhares de pessoas na sua produção, envolvem interesses econômicos poderosíssimos — não tão poderosos quanto os dos usuários, mas se equivalem —, além do poder de *lobby* muito grande.

Agora, quando discutimos esse projeto de lei, Deputado, nós o fizemos em relação às drogas ilícitas e ficamos de trabalhar um projeto específico para o álcool. Eu acho que ele pode ser de sua iniciativa.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, isso não.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Então, V.Exa. é a favor do álcool?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu sou contra o álcool.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Está bom.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Ministro Osmar, gostaria de fazer um aparte, se possível, para ajudá-lo. Inclusive vou citá-lo.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Vou dizer minha última frase, Deputado Carimbão, e lhe concedo o aparte.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Queria um aparte, permita-me, só para dizer que, justiça seja feita, como vive na minha cabeça toda a relatoria — a Deputada Eliziane vai entender —, houve uma discussão profunda para acabar com a propaganda de bebida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Quase foi aprovada aqui essa matéria.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Eu banquei isso, como Relator, apesar de haver uma pressão muito grande para não bancar, porque poderíamos perder todo o projeto se eu colocasse. Eu disse: *“Vai-se perder tudo, mas eu vou colocar.”* Nós estávamos ganhando bem, mas, faltando 2 dias, o poder econômico entrou aqui e perdemos por oito votos. Oito votos separaram o Brasil do fim da propaganda de bebida. Era só para deixar esse número aqui: oito votos.

E V.Exa. inclusive defendeu o fim da propaganda de bebida.

(Não identificado) - O que pesou foram as mulatas.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Alguém disse algo?



(Não identificado) - Eu disse que o que pesou foram as mulatas, porque em toda propaganda de bebida há mulheres lindas. Então, o pessoal só podia votar contra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Ministro, V.Exa. finalizou a resposta?

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - A última coisa é o seguinte: a mesma lógica que estou dizendo que deve haver em relação às políticas sobre drogas eu digo que deve haver para a fronteira. O que foi feito em 14 anos na fronteira brasileira para evitar esse *tsunami*? Passar a mão na cabeça da Bolívia, que é o maior exportador de drogas? Noventa por cento da cocaína e do *crack* brasileiros vêm da Bolívia, e o Governo só fez concessões para a Bolívia o tempo todo. Agora está começando a haver uma política mais firme em relação a isso, e ainda criticam.

Eu acho que deve haver uma política... Se o país vizinho quer benefícios, quer fazer trocas com o Brasil, tem que atuar na questão da droga.

O problema da Bolívia é que o seu Presidente é o maior plantador de cocaína daquele país. Ele é o Presidente do Sindicato de Cocaleiros. Aí fica difícil, mas acho que é preciso convencê-lo a mudar de ideia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Nós vamos passar a palavra ao Relator e seguir a lista, até para termos um aproveitamento melhor, já que há vários Deputados inscritos.

Com a palavra o Deputado Eros Biondini.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Boa tarde a todos.

Sra. Presidente, Deputada Eliziane Gama, caro Ministro Osmar Terra, nobres colegas Deputadas e Deputados, nesta primeira audiência pública desta tão importante Comissão, em determinado aspecto, a meu ver, a mais importante Comissão atuando hoje na Casa, mais do que afirmar minhas convicções neste momento quero dizer da importância desta nossa Comissão.

A Presidência desta Comissão, estando nas mãos de V.Exa., Deputada Eliziane Gama, e tendo aqui a presença daquele que foi Presidente da Comissão Especial, o Ministro Osmar Terra, e do Relator Givaldo Carimbão, tudo isso nos dá todo subsídio para bem conduzirmos esta Comissão. Basta vermos a participação expressiva de Deputados hoje nesta primeira audiência pública.



Sendo assim, Presidente, eu acho que a presença do nosso Ministro Osmar Terra, que tem tamanha experiência acumulada em sua vida profissional, como médico, gestor e Parlamentar, bem como a de Deputados, como o Deputado Givaldo Carimbão, exemplificando para os demais, fazem com que esta primeira audiência já seja bastante exitosa, seja um grande sucesso.

Como Relator desta Comissão, cabe a mim mais ouvir do que falar, mais observar do que expressar opiniões. E não poderíamos começar a sequência de tantas audiências públicas que teremos, tanto na Casa quanto fora — trata-se de uma Comissão Externa que avaliará a atual realidade do consumo de droga pelos nossos jovens no Brasil —, sem a presença do nosso Ministro Osmar Terra, a quem eu parablenizo e cumprimento pela bela exposição fundamentada, até mesmo por retirar o mérito da sua exposição e respeitar o contraditório. Realmente, foi muito feliz a iniciativa de termos como primeiro expositor o Ministro Osmar Terra. Por ter sido o Presidente da Comissão Especial, S.Exa. gerou, sim, um resultado muito grande nesta Casa. Tanto é assim que tramita hoje no Senado um projeto de lei que todos nós torcemos para que seja aprovado o quanto antes. Estamos trabalhando para que ele vá ao plenário, porque já é possível que isso aconteça.

Antes de finalizar as minhas palavras, quero dizer da importância da participação de todos aqueles que verdadeiramente têm interesse nesta causa, que é hoje preocupação não de 99% das famílias, mas de 100% das famílias, assim como foi a da minha mãe.

Depois que eu parei de usar droga, há 26 anos, o que fazia a minha mãe perder noite de sono, os meus pais chorarem de preocupação e de medo, passei a desejar lutar para que outros jovens também deixassem as drogas. Hoje, se eu estou como Parlamentar, representante do nosso povo, foi também por esse acontecimento, por esse fato. Por isso, honra-me muito ter sido indicado como Relator nesta Comissão Externa.

Nós teremos muitas outras audiências públicas, traremos aqui pessoas que acrescentarão algo ao nosso conhecimento. O nosso grande clamor é que todos nós entendamos que os bem-intencionados têm algo a contribuir e que todas as pessoas que são profundas conhecedoras do tema também têm algo a aprender. Se tivermos essa boa vontade e essa busca de harmonia na discussão, queira Deus que, ao final



dos nossos trabalhos, Deputada Eliziane, nós tenhamos o mesmo êxito da Comissão Especial que teve como Relator o Deputado Givaldo Carimbão e como Presidente o hoje Ministro Osmar Terra.

Ao visitar todo o Brasil — já visitei a Ilha de Marajó, a cidade mais pobre do Brasil, Melgaço —, hoje posso dizer que a experiência daquela Comissão fez com que o Deputado Givaldo Carimbão executasse em Alagoas, um Estado que já foi recordista em violência e uso de droga, um programa exitoso na recuperação de dependentes químicos, que pode servir de exemplo para o Brasil.

Portanto, aqui fica o meu abraço a todos nesta primeira oportunidade que nós temos de reunir a nossa Comissão Externa em audiência pública.

Parabenizo, mais uma vez, a Deputada Eliziane Gama, pela forma como tem conduzido a Comissão. Estivemos juntos na cracolândia na semana passada, assim como nos CAPS e em instituições do terceiro setor. É assim que faremos daqui para frente.

Boa tarde a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito obrigada, Relator, Deputado Eros Biondini.

Vamos seguir com os Parlamentares inscritos.

Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Companheira Presidente Eliziane Gama, companheiro Relator, Deputado Eros Biondini, companheiro Osmar Terra, companheiros aqui presentes, imprensa, quero dizer que hoje o Ministro Osmar Terra é um dos maiores conhecedores do Parlamento brasileiro. Digo isso porque, por 4 anos, o nosso mandato é anterior, S.Exa. conseguiu, como autor da lei — eu, como Relator; ele, como Presidente, autor do projeto —, lapidar todo o projeto. Então, é um homem que tem um conhecimento profundo do tema.

Osmar Terra foi Secretário de Estado da Saúde e tem, sem dúvida, um vasto conhecimento do assunto. Como médico, S.Exa. tem dado palestras. Tive oportunidade de conviver com S.Exa. e de assistir a várias palestras, embora sejam um tanto quanto científicas — dá para ver exatamente o relato científico delas.



Presidente Eliziane Gama, eu gostaria de, se possível, passar isso às suas mãos. Nos meus oito mandatos parlamentares, que correspondem a 30 anos, especialmente nos últimos 6 anos, em 2011, eu escrevi este livro, que foi patrocinado pela Câmara; em 2012, eu patrocinei este outro livro; em 2013, eu patrocinei mais este livro; e, em 2015, eu fiz este livro. Hoje tenho a honra de ter quatro livros publicados. Este aqui tem exatamente a capa da cracolândia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Vamos visitar a sua cidade, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Será uma honra muito grande.

Para minha felicidade, o Governador Teotônio Vilela nos deu a honra de ser o primeiro Estado do Brasil a criar uma Secretaria de Estado só para trabalhar com dependência química. Renan Filho deu sequência.

Hoje, graças a Deus, com tudo que aprendemos aqui, Osmar e eu, Alagoas é um Estado que se tornou um laboratório. Alagoas, que era o Estado mais violento do Brasil em comparação a qualquer outro Estado, implantou uma política pública sobre drogas.

Para se ter uma ideia, Deputada Eliziane e companheiros Deputados, há 6 anos, o Estádio Rei Pelé, que é o estádio de futebol de Maceió, no jogo realizado entre a Seleção Brasileira e a Argentina, no maior clássico do mundo, reuniu 22 mil pessoas. O Estado patrocinou o acolhimento de 25 mil dependentes químicos, um número maior do que a capacidade daquele estádio de futebol, quando está cheio. É um índice jamais visto no Brasil em termos de recuperação de dependentes químicos. Para isso, tem que ter dinheiro, projeto e alguém que controle um projeto claro de governo.

É claro que eu jamais teria a ousadia de fazer uma palestra como a do Osmar, mas eu gostaria de me autoconvidar para fazer uma apresentação. Pediria a V.Exa., Deputada Eliziane, e ao companheiro Eros Biondini, que, se possível, me convidassem — eu jamais gostaria de atrapalhar, pois há muitos companheiros que querem falar sobre o tema — para compartilhar exatamente a minha experiência. Acho que seria importante eu estar do lado de lá, não apenas como Deputado, mas também como palestrante, para mostrar todo esse projeto. Foram 22 países



estudados, vividos, conhecidos. Em 27 Estados, eu fiz 75 audiências públicas. Acho que tenho uma grande contribuição a dar.

Deputada Eliziane, lamentavelmente, o Brasil continua com esse problema. Vou apresentar um número, para refletirmos na nossa próxima audiência pública — só um número. Em 1970, há 45 anos, o Brasil tinha 90 milhões de brasileiros. “*Noventa milhões em ação, pra frente Brasil (...). Salve a Seleção!*” Éramos 90 milhões. Hoje o Brasil tem 220 milhões de habitantes. A população do Brasil cresceu 110% em quarenta e poucos anos. No Brasil, havia 30 mil presos. Proporcionalmente, hoje era para haver 65 mil presos no País, mas há 700 mil presos.

Deputada Eliziane, eu tive a experiência de morar na prisão, por ordem judicial. Eu pedi ao juiz para estudar a vida de um drogado dentro da cadeia. Eu fiz isso na Itália, em Portugal e no Brasil — aqui fui autorizado por um juiz. De cada 100 presos no Brasil, 80 têm envolvimento com drogas. Repito: de cada 100 presos no Brasil, 80 têm envolvimento com drogas. Esse é um número oficial.

Estou dizendo que, se existem 700 mil presos no Brasil, 500 mil são por causa de drogas. Se há no Brasil 700 mil presos, 500 mil são por causa de drogas. E não há epidemia? Alguém disse isso aqui. Pelo amor de Deus! Eu acho que esse é um número a ser discutido. Ora, se havia 100 milhões de habitantes no Brasil e hoje há 200 milhões, houve um aumento de 100%. Se havia 30 mil presos, era para haver 60 mil presos hoje, mas há 700 mil presos. Alguma coisa está errada.

Em Alagoas eu provei que se pode reduzir esse número. Para isso, cerca de 20 milhões de reais foram aportados em um programa que visa a reduzir a violência num Estado pobre. Só para deixar o tom para a próxima reunião, em Alagoas existem 20 mil acolhidos. Está aqui na *Folha de S.Paulo* — não sou eu que estou dizendo: em 99% do Brasil, nos 27 Estados, aumentou, no INSS, o número de auxílio-doença. Em São Paulo, esse número aumentou 64%. Como eu disse, isso está publicado na *Folha de S.Paulo*. Alagoas foi o único Estado do Brasil que reduziu esse número de auxílio-doença. Há Estado em que esse número aumentou 64%. Alagoas foi o único Estado do Brasil que reduziu isso. Por quê? Porque o Governador criou uma política pública sobre drogas.



Do jeito que está hoje a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas — SENAD, se ela fechar, não fará falta a ninguém. E não é possível que um país de dimensão como o nosso não tenha condição de ter uma política pública sobre essa questão. Mas o Osmar Terra está trabalhando agora, naturalmente, para ver se consegue colocar isso nos eixos. É um processo que não é fácil.

Ministro Osmar, eu não tenho nada a acrescentar, quero apenas parabenizá-lo e defendê-lo. O Deputado Paulo não está aqui, mas quero dizer que V.Exa. foi o primeiro a defender, junto comigo, o fim da propaganda de bebida no Brasil. Nós fomos à tribuna da Câmara fazer essa defesa, mas perdemos por 8 votos. V.Exa. foi um defensor disso. Então, não pode ser acusado pelo Deputado em relação a isso. Em momento algum, V.Exa. disse que ia criminalizar o usuário de drogas. A grande briga é: para traficante é cadeia, usuário é mão amiga. Agora, onde está a distância entre usuário e traficante? Essa é a discussão que o Parlamento tem que fazer.

Portanto, eu o parabenizo pelo seu envolvimento, pelo seu compromisso com a causa. Sei que V.Exa. faz isso por amor, por compromisso com a sociedade, com os menos favorecidos. Como Secretário de Estado da Saúde, V.Exa. fez muito para acolher essas pessoas. Hoje, no Ministério, que não está ligado à SENAD diretamente, V.Exa. tem se ligado tanto ou até mais ao assunto do que o próprio Ministério da Justiça, que é o órgão competente para tal. Que Deus o abençoe!

E eu quero me autoconvidar, se possível, para tratar desse assunto com V.Exas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Deputado Carimbão, muito obrigada. Eu quero lhe dizer que tenho um respeito e uma admiração muito grande por V.Exa. A presença de V.Exa. nesta Comissão aumenta a nossa responsabilidade. Este é o meu primeiro mandato. E a minha responsabilidade como condutora desta Comissão aumenta ao tê-lo como membro desta Comissão. Fico, realmente, muito feliz por ter a sua companhia e a sua ajuda nos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Solicito um aparte, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Pois não, Relator.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Deputado Givaldo Carimbão, quero dizer que, não obstante V.Exa. ter se oferecido generosamente para trazer aqui a



sua experiência, como Relator eu jamais deixaria de convidá-lo ou de convocá-lo para isso.

Então, eu gostaria de dizer a V.Exa., Deputado Carimbão, que este requerimento para convidá-lo a expor sua experiência já havia sido proposto por este Relator, porque nenhum Relator seria doido de avançar num relatório sem antes assistir à explanação daquele que percorreu, por três vezes, todos os Estados do Brasil e 22 países, estudou essa questão e produziu cinco livros.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - E morei na cadeia. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - V.Exa. ofereceu-se para estar aqui, mas nós já estamos dizendo que era nossa ideia, logo após a fala do Sr. Ministro Osmar Terra, que foi o Presidente da Comissão, convocar o ex-Relator da Comissão para fazer uma explanação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Então, poderia ficar para a próxima quarta-feira, Deputado Carimbão? V.Exa. tem disponibilidade para que possamos ouvi-lo na Comissão?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Com a palavra o Deputado Silas Freire.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sra. Presidente, Deputada Eliziane Gama, colegas, Ministro Osmar Terra, meus cumprimentos.

Ministro Osmar, gostaria de fazer um apelo a V.Exa., em nome dos aprovados no concurso do INSS: que V.Exa., como Ministro do Desenvolvimento Social, continuasse intervindo junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para que sejam chamados os concursados do INSS. A nomeação deles tem a ver, sim, com o combate às drogas, visto que muitas famílias esperam pela aposentadoria e não ainda não a tiveram por falta de servidores no INSS.

Ministro, quero parabenizá-lo e dizer da coincidência do pensamento de V.Exa. com o nosso pensamento. E chamo a atenção de todos para uma reflexão. É claro que aqui ninguém quer criminalizar o usuário de drogas. Mas o Brasil era um antes da descriminalização e o Brasil é outro depois dela. Basta vermos, a olho nu, o número de usuários, a oferta, o comportamento das pessoas depois que a droga foi totalmente descriminalizada, ou seja, depois que o uso dela deixou de ser um crime.



É claro que hoje ela é uma patologia que precisa ser tratada. Concordo com V.Exa., quando diz que o usuário, até quando for usuário, precisa de ajuda, mas que o usuário, quando passa a ser traficante, por menor que seja, tem que ser julgado igualmente como traficante.

Aproveito para dizer e concordar que o Uruguai não diminuiu a violência em absolutamente nada. Essa é apenas uma imagem mentirosa daqueles que defendem a liberação da droga.

Também quero dizer que, como Nova York, outras grandes metrópoles do Brasil adotaram não só a prevenção, mas também a repressão para diminuir os crimes. O meu Estado do Piauí, vive, como todo o Brasil, essa epidemia da droga a que V.Exa. se referiu aqui. Para se ter uma ideia, de ontem para cá, aconteceram oito homicídios numa capital de 800 mil habitantes. Foram oito homicídios e 80% deles estão ligados ao tráfico e ao uso de drogas. Infelizmente estamos nessa epidemia.

Só para explicar, quero dizer o seguinte: se nós chegarmos a um bar, encontrarmos tomadores de cerveja e, até para suavizar o momento, oferecermos a eles mais cerveja a um preço barato, eles pararão de tomar a cerveja? O consumo diminuirá ou aumentará? Essa é a pergunta que fica no ar, para suavizar o debate e refrescar a memória daqueles que defendem a liberação da droga em um país que ainda não tem a cultura para ter essa liberação.

Ministro, quero fazer a V.Exa. mais uma pergunta: o que V.Exa. e o Ministério têm feito para reestruturar as famílias destruídas pelo usuário de drogas? Toda família que tem usuário de droga possui uma marca inesquecível; se ela não está destruída, passará a ser destruída a partir daquele momento.

Temos visto na célula chamada família, que, para nós cristãos, é muito mais importante do que qualquer outro remédio na recuperação do crime ou da droga, pouca atuação da União na hora de restaurar essa família. Nós não temos visto isso. Imaginou-se, algum tempo atrás, que programas como o Bolsa Família poderiam resolver isso, mas foi um ledão engano.

Antes de deixar mais uma pergunta a V.Exa., Ministro, quero dizer que concordo com muitas das colocações feitas por V.Exa. Pergunto: o que o Ministério do Desenvolvimento Social tem feito para restaurar essa família? Como o Deputado



Carimbão disse, Alagoas tem sido o Estado que mais recupera drogados no Brasil. Além disso, existe uma casa filantrópica no Piauí, chamada Fazenda da Paz, que é campeã em recuperar a pessoa drogada. Mas o regresso à droga também é campeão! O cidadão volta para onde, Ministro? Para a família, que está toda desestruturada. Nela falta da água ao pão, ou do pão à água. E ele vai voltar para onde? Para a droga. Então, como diz ditado popular, nós estaremos enxugando gelo se não restaurarmos essa família.

Eu acredito muito, como cristão, que o primeiro passo para a restauração da família é o Cristianismo. Mas o homem também precisa colocar a sua mão ali, o Estado precisa participar daquela restauração.

Essas são as perguntas que eu deixo para V.Exa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito obrigada, Deputado Silas Freire.

Com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Foi muito boa a palestra, Ministro.

Sempre que eu começo a falar sobre o tema das drogas digo o seguinte: só vou apoiar um projeto sobre descriminalização de drogas ou a liberação delas no dia em que uma família de viciados disser para mim que ter um viciado na família é positivo. Então, estamos indo no caminho certíssimo.

Para aqueles que acham que a lei proibitiva acaba por não desestimular o consumo, nós temos, além dos dados citados por V.Exa., a Lei Seca nos Estados Unidos na década de 20. Mesmo após a revogação dela, na década de 30, pressionada pela crise de 1929, porque falaram que mais empregos seriam gerados se o álcool fosse legalizado, o consumo de álcool só voltou a ser igual aos mesmos níveis da década de 20 apenas no final da década de 60. Então, isso é para mostrar que a lei proibitiva reduz sim o consumo.

Eu queria chamar a atenção, neste pouco tempo que eu tenho, Ministro, para as fotos do Mujica com o Rockefeller e do Mujica com George Soros, que V.Exa. muito bem divulgou. Portanto, há, sim, interesse por trás disso, inclusive das FARC's, que fazem parte do Foro de São Paulo, pouco noticiado pela imprensa. Trata-se de



um grupo que engloba o PT, o PCdoB e as FARC. E como há, sim, esse interesse, jogam essa isca como se fosse uma droga mais *soft*, mais *light*, para que mudemos essa percepção com relação à maconha — obviamente, posteriormente, viriam a cocaína e as outras drogas. Mas não se pode deixar de falar especificamente sobre o Foro de São Paulo.

O Deputado Paulo Teixeira falou anteriormente sobre a questão governamental. Quando o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, veio a esta Casa em 2015, eu levantei o assunto sobre o assassinato de um colega meu, policial federal, no Rio Solimões, por integrantes das FARC. Eu perguntei a S.Exa. qual seria a política do Governo do PT para com as FARC, que se nutrem através do tráfico de drogas. S.Exa. deu uma resposta um tanto quanto pela tangente e nada falou. Enfim, passaram-se 14 anos de PT, e a situação só piora.

Podem ter certeza de que um projeto de lei nesse sentido vai contar com a minha boa vontade aqui na Casa, até porque vai de convergência à política vitoriosa de Rudolph Giuliani, em Nova York, que, assim como o Rio de Janeiro, já foi tida como uma cidade sem solução.

Parabéns! E vamos adiante!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito obrigada, Deputado Bolsonaro.

Com a palavra o Deputado Laudivio Carvalho.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Presidente Eliziane Gama, Ministro Osmar Terra, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Ministro Osmar Terra é, na minha concepção, uma das maiores autoridades desse assunto em todo o País. Tivemos oportunidade de debater, de conversar a respeito de drogas.

No meu entendimento, um drogado é um doente que, na sequência, adocece também a família.

Em Belo Horizonte há um bairro chamado Lagoinha, muito próximo ao centro da cidade, Ministro, onde encontramos zumbis humanos perambulando pelas ruas a qualquer hora do dia ou da noite. Ali é a verdadeira cracolândia de Belo Horizonte, onde essas pessoas vão e voltam, todos os dias, arrastando-se feito fantasmas sociais. E o tráfico de drogas continua atuando firmemente. O que falta no meu



entendimento? É o combate efetivo ao pequeno, ao médio e ao grande traficante, porque a família sofre com esse homem, com esse jovem.

Eu tive o prazer de acompanhar a Deputada Eliziane Gama numa visita, quando da CPI do Sistema Carcerário, à capital do seu Estado. Estivemos em São Luís, onde existiam traficantes de todos os tamanhos possíveis, bem como aquelas vítimas do tráfico de drogas, que são os usuários. O pequeno usuário de hoje indiscutivelmente será o traficante de amanhã, porque ele precisa continuar a usar a sua droga caso não seja tratado. E o que ele fará? Furtará um celular, uma bolsa. E o traficante dirá a ele: *“Olha, a cada duas pedras de crack vendidas você leva uma.”* E ele venderá 2, 4, 6, 8, 10, 12 pedras, e o tráfico continuará sendo fomentado.

Então, eu quero parabenizar o Ministro Osmar Terra pelo trabalho que vem fazendo, pela sua fala sempre firme em defesa das famílias, em defesa da sociedade. Eu quero ver bandido preso. E o usuário tem que ser tratado, senão ele continuará a sofrer, a provocar o caos social junto à sua família e seguirá sendo eternamente um dependente de drogas.

É preciso combater o tráfico; é preciso que haja políticas sociais muito responsáveis, porque o que temos visto no Brasil nos últimos anos é uma política totalmente ineficiente e completamente irresponsável.

Ministro Osmar Terra, parabéns pelo trabalho!

Deputado Givaldo Carimbão, parabéns pelo trabalho que V.Exa. vem realizando ao longo desses mais de 30 anos nessa área!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos senhores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito obrigada, Deputado.

Com a palavra o Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sra. Presidente, Deputada Eliziane Gama, nosso amigo Osmar Terra, desde que cheguei a esta Casa não tínhamos tido uma Frente Parlamentar da Segurança Pública como a que nós temos agora, que defende muito a questão da segurança pública.

Deputado Givaldo Carimbão, Sras. e Srs. Parlamentares aqui presentes e demais autoridades, talvez eu esteja sendo um tanto quanto repetitivo, e alguém



diga: *“Quando se está muito repetitivo, é porque se perdeu o conteúdo”*. Mas, na realidade, às vezes, a repetição nos faz abrir um pouco mais o entendimento.

Lamentavelmente, o Brasil ainda tem posturas e posições de colônia. Nós dizemos que somos uma nação, teoricamente, quando, na prática, temos posição de colônia. E a segurança pública nos mostra isso de uma forma bem clara, assim como a educação e a saúde.

Mas por que a segurança pública nos mostra isso? Isso é bem claro: o Brasil é responsável por 10% dos homicídios no mundo, é um país com 60 mil homicídios por ano. Imaginem bem uma bomba atômica caindo em cima de uma cidade brasileira com 60 mil habitantes todos os anos! Isso é um absurdo! E nós não ligamos. Nós vemos o Estado Islâmico esquartejando pessoas. Aqui no Brasil, isso já acontece desde o caso dos irmãos Naves. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte, há esquartejamentos de todo jeito. Lamentavelmente, ainda somos uma colônia.

E a prova de que somos colônia é que política de segurança pública não é política de Estado. O Deputado Givaldo Carimbão falou muito bem sobre a posição dos Governos em seu Estado, que ali estão trabalhando. Segurança pública é política de governo. E, diga-se de passagem, é boa política de pouquíssimos Governos, desde Fernando Henrique Cardoso até o Presidente Michel Temer. Criou-se agora, mudando o rótulo e permanecendo a essência, o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Isso é para inglês ver, é para satisfazer alguns Parlamentares que queriam o Ministério da Segurança Pública e negociavam com o Governo — só de nome.

Como eu disse, segurança pública é política de governo e política altamente corrompida nos Estados. Se fizermos uma CPI sobre as quentinhas nos Estados brasileiros, ficaremos assustados com o que acontece dentro de cada um deles.

Então, enquanto não tivermos posição de Nação, enquanto não tivermos a segurança pública como política de Estado, enquanto as masmorras estiverem acontecendo também nos presídios... E dizemos o seguinte quando o cara vai preso: *“Legal, ele tem que ficar preso lá”*. E a sociedade diz isto: *“Tem que dar um cacete mesmo nesse cara lá”*. É isso mesmo? Daqui a 2 anos ele sai de lá, 10 vezes



mais irado, 10 vezes mais irritado, 10 vezes mais revoltado, numa espiral ascendente, ou descendente, como queiram alguns.

Nós precisamos resolver essas questões e fazer com que segurança pública seja política de Estado.

A PEC 308 está circulando aqui na Casa. Há uma guerra de polícias, sinal de colônia. As polícias brigam entre si. Quando se cria uma polícia nova no Brasil, é uma desgraça, em vez de ser bênção. Quando foi criada a Guarda Municipal no Brasil, houve a maior guerra com algumas polícias para que ela fosse estabelecida. Hoje, deve-se criar a Polícia Penal, porque há carcereiros arrebatados, com traumas — hoje o maior índice de suicídio dentre os grupos de segurança pública é exatamente o dos agentes penitenciários —, naquelas masmorras onde estão bandidos, pessoas que entram ali no primeiro grau e saem de lá com PhD. Isso já foi dito e é repetido, mas não fazemos nada.

Sr. Ministro, parabéns pelo seu trabalho, pela sua conscientização de pessoas como o Deputado Givaldo Carimbão e o Deputado Eros Biondini, que teve que deixar a reunião, e outras tantas pessoas que estão lutando no nosso Brasil para mudar isso. Precisamos resolver essas coisas, precisamos ter um Brasil que deixe de ser colônia. Isso não é discurso de esquerda, não é discurso de direita; é o que se está vendo, é o que está claro na nossa frente.

O IPEA, há 3 anos, disse que 300 mil internações no Brasil acontecem por causa de acidentes nas estradas, acidentes no trânsito. E grande parte desses acidentes no trânsito ocorre por causa de pessoas que fazem uso de drogas, lícitas ou não.

Então, parabéns a V.Exa.! Estou apenas deixando uma palavra, talvez de protesto, sendo redundante, mas esse é o Brasil de hoje. Nós precisamos mudar. E por certo o Brasil precisa de pessoas como V.Exa. Não pude participar de toda a explanação, mas conheço bem seus posicionamentos aqui na Câmara e também no Ministério.

Que todos nós possamos estar juntos nisso, Deputada Eliziane!

Deputado Carimbão, parabéns pelo trabalho. Vamos em frente!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito obrigada, Deputado Lincoln.



Eu queria indagar à Deputada Carmen Zanotto e ao Deputado Arnaldo Jordy se querem usar o tempo de fala. Assim falam todos os Parlamentares e já finalizamos com a palavra do Ministro. Desse modo ganhamos mais tempo.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Deputada Eliziane. Eu quero, saudando-a, saudar todos os membros desta Comissão.

Sr. Deputado e Ministro Osmar Terra, é um prazer recebê-lo nesta Casa para debater este tema. Consegui acompanhar apenas uma parte da sua exposição porque tive que presidir outra Comissão que estava em andamento. O Deputado Solla precisava se ausentar, e eu precisei apoiar o andamento daquela audiência pública.

Quero dizer que este tema já foi amplamente debatido por esta Casa. Um conjunto de Parlamentares, como o Deputado Givaldo Carimbão, tem uma leitura deste tema que precisamos manter.

Eu não pude acompanhar os debates, mas tenho uma preocupação grande de como tratarmos esse conjunto de pacientes. Efetivamente, parte dos problemas sociais que nós vivemos é fruto, sim, da dependência química de um conjunto da nossa sociedade brasileira, dependência tanto das drogas lícitas como das ilícitas. O alcoolismo, para mim, sempre foi e continuará sendo a porta de entrada para as outras drogas.

Esta Comissão está tratando este tema com profundidade, Deputada Eliziane, tendo em vista esse seu requerimento de convite ao nosso Ministro Osmar Terra, que é um especialista da área, que aqui tão bem colocou todas as consequências que sofrem um jovem por iniciar o consumo de drogas ainda na sua formação.

Então, nós temos a responsabilidade, como Parlamentares, de manter esse tema na pauta e buscar o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento da situação dos pacientes e o seu tratamento. Eu continuo insistindo, Deputado e Ministro Osmar Terra, em que os nossos centros de recuperação não estão dando conta. Os nossos CAPS são insuficientes para o acolhimento desses pacientes. As nossas unidades hospitalares filantrópicas ou públicas prestadoras de serviço não têm leitos suficientes para o tratamento dos nossos pacientes. Mas as organizações não governamentais que acolhem esses pacientes e seus familiares ainda é a



grande porta de entrada para que busquemos pelo menos desintoxicar essas pessoas por um tempo.

O fortalecimento das políticas públicas é absolutamente necessário, para que reduzamos essa situação e para que o resto do País não viva o que o Município de São Paulo está vivendo.

Na Capital do Estado de Santa Catarina, minha Florianópolis, se nós fizermos uma pesquisa sobre aquele conjunto de homens e mulheres que estão vivendo nas ruas, veremos que, em sua grande maioria, são dependentes do álcool e das drogas e, em razão disso, estão vivendo em condições de vida que eu não acredito que um cidadão deseje e queira viver. Eles precisam do acolhimento do poder público e do tratamento do poder público.

Bem-vindo à sua Casa, à nossa Casa, Ministro Osmar Terra! Continue com essa bandeira, que é sua e de um conjunto grande de Parlamentares, homens e mulheres da nossa Casa.

Parabéns, Deputada Eliziane!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito obrigada, Deputada Carmen.

O Deputado Geraldo Resende quer fazer o uso da palavra?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu queria parabenizar o Deputado Osmar Terra. Ontem mesmo ele esteve em Mato Grosso do Sul, e eu tive o privilégio de acompanhá-lo quando estava falando sobre o mesmo tema, ou seja, o combate às drogas.

Eu sei que ele enfoca essa temática com muito carinho, com muito conhecimento, e tenho certeza de que vai dar contribuições muito grandes a esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito obrigada.

Nós vamos passar a palavra ao Ministro, mas, antes, eu queria fazer uma breve intervenção.

Como já foi colocado pelo Deputado Eros Biondini, nossa primeira ação de visita foi em São Paulo, onde fomos à crackolândia. Conversamos com o Secretário de Governo e fomos ao CAPS. Tentamos entender melhor a situação de São Paulo



e as intervenções que estão sendo feitas, numa ação conjunta, pela Prefeitura da cidade e também pela Polícia.

Também temos conhecido outras experiências em nível de Brasil.

Mas eu queria pedir ao senhor que centrasse sua resposta fundamentalmente em três pontos que acho muito pertinentes. Primeiramente, o Deputado Givaldo Carimbão colocou muito bem a questão da tentativa de proibição da propaganda de bebida alcoólica, por exemplo. Perdemos por oito votos. Mas nós já retiramos do ar a propaganda de tabaco, aquela propaganda aparentemente maravilhosa, com aqueles cavalos, aqueles homens, aquela coisa linda. Agora, nas carteiras de cigarro, há uma imagem real do que é o consumo de tabaco.

Com isso acabou havendo uma redução. Mas, conversando com o senhor inclusive, cheguei à conclusão de que essa redução não foi tão grande quanto esperávamos que fosse.

Então, eu pergunto ao senhor qual é sua expectativa em relação a essa questão da propaganda de bebida alcoólica. O que isso poderia significar de fato lá na ponta? O Deputado Paulo Teixeira colocou um fato: a bebida alcoólica é a porta de entrada para as drogas ilícitas.

O meu segundo questionamento é referente a essa relação com a droga. Quem defende a descriminalização do uso de drogas diz que precisamos liberar o uso para reduzir de fato a violência. Nosso sistema carcerário hoje está totalmente superlotado, e mais de 80% das pessoas que estão lá têm relação direta ou indireta com as drogas. O que essa relação significa efetivamente, na prática? O senhor também fez uma interlocução com essa questão da liberação do uso de drogas.

Por fim, Sr. Ministro, às vezes ouvimos algumas opiniões. Vimos recentemente a opinião do Ministro Barroso e de outros mais que são pessoas que têm um alto poder perante a opinião pública. Uma palavra deles significa muito neste debate em nível nacional. Ouvimos deles, por exemplo, a defesa da liberação da maconha, evoluindo para a da cocaína e, quem sabe, até para a do *crack*. Eu, pessoalmente, fiquei assustada com isso.

O senhor nos mostra um gráfico que é crescente. Há uma epidemia no Brasil; há um aumento da população carcerária. Nós temos tantos problemas, meu Deus do céu! Ao mesmo tempo, o senhor coloca uma experiência que está meio que na



contramão das opiniões que são apresentadas quando se faz a defesa do uso de drogas.

Eu pergunto ao senhor: qual é a esperança que nós temos no Brasil? O que efetivamente precisamos fazer para poder dar um alento sobretudo ao jovem, que é o foco principal na nossa Comissão Externa?

Eu queria que o senhor falasse sobre estes três pontos: a questão da bebida alcoólica; a descriminalização do uso das drogas, sobretudo com a opinião das grandes representações brasileiras, a exemplo, inclusive, de Ministros do Supremo Tribunal Federal; e também a relação entre violência e drogas.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu tenho uma pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Ministro, ontem conversamos na viagem acerca das fronteiras do nosso País com os países produtores, principalmente Paraguai e Bolívia. Várias drogas chegam aos grandes centros consumidores. Temos corredores. A minha própria cidade, como eu estava dizendo, é um corredor.

Acabo de receber uma notícia de apreensão feita hoje de uma carga de 22 toneladas de maconha, talvez a maior apreensão na história do País. Foi apreendida agora mesmo em Ponta Porã. Amanhã deve estar no *Jornal Nacional* ou nos grandes telejornais.

O que fazer? Há várias iniciativas, inclusive do Governo Federal. Há muito tempo há o sistema de vigilância das fronteiras, que hoje me parece mais um Power Point do que algo real na prevenção do contrabando e outros descaminhos relativos a drogas e armas que vêm fomentar o crime e a violência contra os jovens nas grandes cidades do País.

Se o Governo não tiver uma medida efetiva, dura, para fazer um aparato nas fronteiras brasileiras, principalmente na fronteira de Mato Grosso do Sul com os dois maiores países produtores que trazem as drogas para cá, Paraguai e Bolívia, o que vai acontecer? Em grande parte, trata-se de uma fronteira seca, ou seja, não há nenhum divisor para impedir a entrada de tamanho volume de drogas aqui no País.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Concedo a palavra ao Ministro Osmar Terra.

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Eu queria, rapidamente, falar da reestruturação das famílias dos usuários de drogas. Nós temos um conjunto de políticas, através do Sistema Único de Assistência Social, que dá muito apoio às famílias, que trabalha muito com elas, principalmente com as mais vulneráveis. Certamente, a imensa maioria das famílias dos usuários de drogas está nesse contingente. Inclusive, essas famílias se tornam vulneráveis — ou mais vulneráveis — quando alguém na família ou o chefe da família deixa de trabalhar, de fazer tudo para fumar a próxima pedra. Essas pessoas fazem qualquer negócio para fumar a próxima pedra.

Aliás, há um recrudescimento das doenças sexualmente transmissíveis no Brasil a partir dos bolsões de usuários de drogas. Por exemplo, o *crack* praticamente inviabiliza a possibilidade de a pessoa trabalhar. A pessoa vende tudo o que tem, até o assoalho da casa, para comprar droga. Depois, ela começa a roubar. E aí surge outro tipo de violência que, às vezes, não é computada como relacionada às drogas, mas é. Trata-se do assalto, do latrocínio, para tentar conseguir a droga. Às vezes, até se vende o corpo, para conseguir a droga.

No momento em que as mulheres e os homens começam a vender o corpo, aumentam... Como estão sob efeito de uma substância que causa uma enorme confusão mental, eles não têm mais o controle adequado do impulso, não usam proteção nas relações sexuais e vendem o corpo de qualquer jeito. Há um aumento, em grande escala, no número de casos de AIDS nos bolsões, principalmente nas *cracolândias* e nos seus anexos.

Também há o ressurgimento da sífilis. Temos o problema da falta de penicilina, de medicamento, mas também existe a promiscuidade sexual, o desespero para conseguir a próxima pedra.

Então, há uma desestruturação completa da família, de tudo.

Eu acho que as políticas de proteção social e atenção básica que temos ajudam. Elas não resolvem, mas ajudam. Estamos fazendo um esforço junto com o Ministro da Justiça e com o próprio Ministério da Saúde. Pela primeira vez, está se



formando uma articulação entre os Ministérios do Desenvolvimento Social, Saúde e Justiça, para dar uma atenção especial ao usuário e à família do usuário.

Eu quero lembrar também, Deputado Silas, que, na verdade — e eu defendo isso —, a lei criminaliza o uso; ela não propõe pena de prisão. Se não criminalizar o uso, vai ficar muito fácil a disseminação da droga. O sujeito vai levá-la para a escola sem risco nenhum. Ninguém vai poder impedi-lo, prendê-lo nem fazer nada contra ele. Ele vai levar droga para a escola e vai oferecer para os colegas. A disseminação do uso vai ser muito maior do que é hoje.

Então, o constrangimento causado à pessoa em ser levada a uma delegacia, em ter uma pena alternativa ou até em ser conduzida para um tratamento compulsório diminui a disseminação da droga.

Com relação ao CAPS, eu preciso fazer uma referência aqui. Em função da questão da crackolândia, está se discutindo muito — eu e o Deputado Carimbão também estivemos conversando com o Prefeito Doria sobre isso — sobre internação compulsória, tratamento.

Eu tenho certeza de uma coisa: a política que havia antes na crackolândia, através do Programa De Braços Abertos, não resolveu absolutamente nada, só inflacionou o preço da pedra. Essa política era boa no sentido do acolhimento, da assistência social, porque as pessoas podiam se alimentar e tinham um lugar para dormir. Tudo bem! Nós também temos que fazer isso, porque faz parte da política de assistência social.

Agora, achar que a pessoa, ficando na crackolândia, fingindo que está trabalhando de gari, ganhando dinheiro todo final de semana... No final das contas, não eram nem essas pessoas que recebiam o dinheiro. O traficante ia lá, direto, com o cartãozinho, pegar o dinheiro. Isso é completamente ineficaz. Não há eficácia nenhuma.

Primeiro, eu acho que as pessoas têm que ser tratadas de sua confusão mental. No caso específico do *crack*, a confusão mental causada é grande. Noventa e cinco por cento das pessoas usuárias de *crack* que são abordadas em situação de rua, na crackolândia, em qualquer lugar, não querem nem tocar no assunto de tratamento. Elas não querem nem ouvir falar em abstinência. A compulsão faz com que sintam uma sensação poderosa de alteração do cérebro, das conexões, na



liberação de dopamina. É uma sensação muito forte. Então, a pessoa não quer nem ouvir falar nisso.

Mas, em função da confusão, da desagregação da família e das ações desesperadas que essa pessoa comete — eu citei Bejerot, porque ele diz isso —, afetando toda a comunidade em torno dela, muitas vezes botando-a em risco e fazendo com que tenha que assumir as responsabilidades que ela não consegue assumir com a família, com o trabalho, com as coisas que tem que fazer, ela tem que ser tratada, sim.

Portanto, a comunidade tem o direito de cobrar que essa pessoa cumpra a parte dela, e não é prendendo-a, é levando-a para tratamento, se a família pedir, e o médico determinar isso, como se faz com o esquizofrênico, com o psicótico, em fase aguda. O drogado tem uma falta de discernimento muito próxima a de um psicótico em surto. Então, ele precisa desfazer essa confusão mental.

Onde é que ele desfaz essa confusão mental? Em primeiro lugar, dependendo do grau — vou pegar um grau mais grave —, é no hospital. Ele tem que diminuir, tem que passar pela síndrome de abstinência, tem que ficar, em média, pelo menos 21 dias em tratamento, sem usar droga, para tirar a intoxicação que ela causa. Passada essa intoxicação, o grau de consciência dele melhora muito.

Dessa forma, pode-se argumentar com ele sobre a importância do tratamento. Se tentar argumentar com ele intoxicado e em confusão mental, não adianta nada. É por isso que a internação hospitalar é importante na maioria dos casos de uso de *crack*.

Eu defendo a internação involuntária. E quero dizer que vi retratada, na semana passada, minha opinião como médico numa pesquisa do Datafolha: 95% da população defendem a internação involuntária. Acho que não há nada que alcance um percentual tão alto de aceitação. A internação compulsória é defendida por 80% da população. Ocorre quando a pessoa está causando danos, trazendo risco para o ambiente. Leva-se o caso para o juiz, que decide sobre a internação.

Eu acho que é muito importante trazer essas definições. A internação involuntária ainda não é prevista para os dependentes de drogas. Está na nossa lei. Se for aprovada, passa a valer.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - O prazo para desintoxicação é, em média, de 21 dias. A partir daí, faz-se um trabalho de convencimento.

Há diferentes opções: não internar, internar, internar compulsoriamente, internar involuntariamente.

A rede de CAPS é enorme. Não é suficiente, mas é grande. O problema é que todos os centros foram orientados, em capacitações pagas pela SENAD e pelo Ministério da Saúde, a não fazer tratamento, a não levar para a abstinência. O que acontece? As pessoas só fazem redução de danos.

Eu sempre cito como exemplo o que ouvi de uma Diretora do CAPS de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Eu fui Secretário de Saúde de 2003 a 2010 e criei os 36 CAPS que há no Estado. Acho que esse número não aumentou. Talvez haja 1 ou 2 a mais. Há uma relação direta do Ministério da Saúde com o Município. O Estado interfere pouco. Eu criei os CAPS que há lá. Quando fui ver o resultado, fiquei decepcionado. A Diretora do CAPS de Novo Hamburgo dizia o seguinte: *“A pessoa tem o direito de fumar crack. Pode fumar uma pedrinha de vez em quando. Desde que se sinta bem e tenha planos para o futuro, não há problema nenhum”*. Eu disse para ela: *“Acho que a senhora nunca viu um usuário de crack. Acho que a senhora não vai ao ambulatório onde está sendo tratado o dependente químico”*. Não é possível que uma pessoa que conheça o crack faça uma afirmação dessas. Mas ela fez, numa grande reunião com vários Diretores. Essa era a orientação do Ministério.

O Deputado Givaldo Carimbão uma vez fez um discurso empolgado, quase furioso, e o Diretor da área de saúde mental do Ministério quase saiu correndo da sala, porque ficou com medo. Todos os CAPS do Brasil funcionam de maneira completamente ineficiente. Eles não têm um protocolo, não têm uma política de atendimento. Eu acho que o CAPS deve ser usado. Tem um papel importante para o diagnóstico, para o acompanhamento. Mas eu acho que, para reduzir a fissura e a recaída, a única solução é a abstinência assistida e prolongada. E são as comunidades terapêuticas que oferecem isso. Existem comunidades terapêuticas públicas, existem comunidades terapêuticas religiosas. É preciso ter um protocolo, obedecer a uma determinada regra e ter acompanhamento. É isso que tem que ser feito.



Eu me nomeei para o CONAD. Eu sou nomeado. Quando eu assumi o Ministério, um mês depois, eu ouvi uma declaração do meu representante no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD defendendo a liberação das drogas. Como ele não me consultou para fazer aquela declaração, eu também não o consultei para demiti-lo. Eu o demiti pelo jornal. E me nomeei para o lugar dele.

E aí eu fui lá — a primeira reunião, a única, aliás, que teve; agora vai haver reuniões mais frequentes —, fui ao Conselho Nacional de Política sobre Drogas e perguntei: não, mas o representante lá da SENAD dizia que eles estavam se empenhando muito seriamente no controle. Era um funcionário, né? E o Alegrete até cumpriu um papel muito importante. Mas era um funcionário do Secretário.

E ele disse: *“Nós capacitamos parece que 100 mil pessoas no Brasil para trabalhar, multiplicar”*. É a rede, eles chamam de rede. A rede é um negócio, a rede é uma estrutura fictícia, mágica, que está em toda parte e não está em lugar nenhum. Quando você precisar da rede, você não tem rede nenhuma. Aí, então, eles capacitam a rede. Cem mil pessoas foram capacitadas.

Então, eu disse para me darem o material da capacitação e perguntei qual era o currículo. Aí, demorou um mês e tal, e eles me mandaram uma caixa lá com os livros de capacitação. Nenhum propõe abstinência, todos propõem só redução de danos e fazem discurso do Foucault, de que a droga... Há uma parte no discurso do Foucault que eles não citam, de que a melhor coisa do mundo é a droga e tal. Tinha que ter droga de boa qualidade, segundo o Foucault fala, que é o profeta da liberdade individual máxima e que influencia inclusive os juristas.

Eu respeito o direito de eles terem sua opinião, mas, na prática, é um direito equivocado. E causa um dano enorme à sociedade, quando se coloca em prática aquilo que se está falando.

Então, eu queria fazer essa referência dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. Então, os CAPS têm de ter um protocolo técnico e científico, têm que estar associado à comunidade terapêutica. E eu defendo, porque isto não existe hoje, que tem de haver um acompanhante terapêutico daquela pessoa por muito tempo. Toda semana, a cada 15 dias, deve-se ir à casa dela, ver se ela está trabalhando ou não, orientar a pessoa, fazer a ressocialização dessa pessoa.



As Prefeituras, nós defendemos lá — e foi derrubado no plenário, e foi derrubado inclusive com apoio do Governo anterior —, que tinha que ter um percentual das vagas, das empreiteiras, de todo mundo que contrata serviço público, para deixar lá 5% das vagas para ressocialização de dependentes químicos. E acabaram derrubando, né, Temporão?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - É lei, ótimo.

Então, tem que ter um acompanhamento, tem que ter uma pessoa presente ali para ver se ela recaiu para imediatamente levá-la ao tratamento. Quanto mais rápido se levar a pessoa para tratamento depois da recaída, melhor a chance de a pessoa ficar mais tempo em abstinência depois.

E o que eu propus no CONAD? *“Se vocês acham que essa política de redução de danos é tão importante, vamos fazer uma pesquisa, porque vocês nunca fizeram.”* Eles só contratam a FIOCRUZ, e o cara que faz a pesquisa pela FIOCRUZ, o pesquisador, defende a liberação das drogas. Então, é muito complicado, e eu fico com o pé atrás em relação às pesquisas da FIOCRUZ.

Mas qual é a proposta? Peguem 20 comunidades terapêuticas, as pessoas que estão naquela comunidade terapêutica; acompanhem a população, e daí a 1 ano ou 2 anos, peguem número equivalente nos CAPS, que trabalham com redução de danos, ou nos lugares onde existe redução de danos, e façam um acompanhamento para ver quantos voltam para a vida social, familiar e produtiva, de um grupo e de outro, quem trabalha com abstinência e quem trabalha com redução de danos. É simples, a ciência funciona assim, vamos averiguar. Então, eu acho que essas questões estão faltando.

Eu queria responder as perguntas que foram feitas.

Quanto à tentativa de proibição da propaganda de bebidas alcoólicas, quero dizer que eu fui um dos que, no debate, defendeu que, se nós misturássemos as duas coisas, nós teríamos... Porque é o seguinte: tudo o que o pessoal que defende a liberação de drogas deseja é que haja uma grande força ao lado deles e contra os que querem aprovar a lei sobre drogas, para se colocar toda essa estrutura gigantesca da indústria de bebidas contra. Essa foi a discussão que o Deputado



Givaldo Carimbão lembrou aqui. Nós iríamos ter um peso muito grande do outro lado. E a discussão não era sobre álcool, era sobre drogas ilícitas.

A proposta que defendemos é que se crie uma Comissão específica, e eu acho que pode ser até uma proposta aqui do Eros também — na época, nós propusemos e, depois, o assunto ficou no ar —, para tratar das drogas lícitas e principalmente do álcool.

O cigarro causa danos físicos, mas pouca alteração mental. Tanto é que se pode fumar dirigindo. Não se pode fumar maconha dirigindo um carro, mas pode fumar tabaco dirigindo um carro. Eu não defendo o tabaco, eu sou a favor de restrição. Mas eu acho que as drogas são diferentes, e o álcool causa uma alteração grande. Tanto é que a lei que reduz ou induz a redução do uso do álcool melhora. A Lei Seca, que foi sobre a questão dos automóveis, reduziu em 20% ou 30% os acidentes de carro.

Agora, nós conseguimos aprovar uma lei, e desta eu participei ativamente, do motorista de caminhão, de os motoristas profissionais terem que fazer o teste do cabelo. Eu até teria dificuldade de fazer esse teste do cabelo. Eu faria do cabelo do braço, se precisasse. É que, no cabelo, fica a memória, fica uma alteração. A droga fica ali mais tempo, fica meses ali e, então, pode-se ver se o sujeito estava antes usando droga ou não.

Isso começou a ser aplicado, e agora reduziu o número de acidentes de caminhão. E vai reduzir muito mais. Muita gente, inclusive, desistiu de ser motorista de caminhão porque não passaria no teste. Isso, para quem está andando na estrada e com medo de o caminhão atravessar e vir para cima dele porque o motorista dormiu ou porque está com uma alucinação ou está alterado, é uma vantagem. Vamos combinar, né, quantas vidas já foram poupadas? Estamos falando em vidas, em coisas concretas.

Eu sou a favor da restrição e acho que tem que ter uma Comissão Especial. Nós vamos discutir isso. Em abril, eu volto para Câmara e faço questão de colaborar com isso aí.

Agora, quanto à violência e à droga, eu só queria fazer uma observação aqui. Todo discurso da liberação é de que, se legalizarem as drogas, a violência acaba, porque a violência está no tráfico. O tráfico é uma parte da violência, é a parte mais



exuberante. O sujeito corta a cabeça, aparece o outro morto ou de cabeça para baixo, e fica uma coisa que parece que a mortalidade da droga é aquilo ali. Não é. A mortalidade da droga é aquilo que eu falei para vocês, é o homicídio por assuntos banais, é o latrocínio, que é o desespero para conseguir o dinheiro para a droga, é o parricídio, é a violência doméstica.

Sessenta a setenta por cento da violência doméstica tem a ver com droga. Vai liberar? Vai aumentar muito mais. “Ah, mas é o álcool.” É claro, porque o álcool é legal.

Agora, legalizem as outras para ver o que vai acontecer na violência doméstica! Há grande quantidade de gente com transtorno mental, e o que leva à violência é o transtorno mental, quando a pessoa não mede as consequências do que faz e não tem capacidade de controlar impulsos. É uma doença, é uma doença do cérebro, é uma doença mental, minha gente, que se estabelece, que fica. Não há cura.

Como o Deputado Eros colocou, pode haver resultados de longuíssimo prazo em que a pessoa nunca mais usa drogas. Pode, mas ela tem que ficar em abstinência. O risco de recaída está sempre presente, porque é muito frequente. No tratamento do *crack*, inclusive, a recaída é a regra. Quanto mais tempo a pessoa consegue ficar em abstinência — 1 ano, 2 anos —, mais chance ela tem de continuar. Depende do valor, da capacidade de cada um, mas não sabemos se é uma loteria. Não sabemos quem vai aguentar e quem não vai.

Não se trata da violência do tráfico. Há uma violência infinitamente maior. O Rio Grande do Sul é o Estado que tem o maior número de suicídios no Brasil. A quantidade de jovens usuários de *crack* e de maconha que se matam é uma coisa impressionante.

Há um Juiz de Vara de Família em Santa Maria, o Dr. Afif Simões Neto, que não é especialista em Medicina nem em drogas. Ele só fez uma constatação: “*Eu nunca assinei tanta interdição de jovens quanto estou assinando agora. A proporção é enorme, e todos são usuários frequentes de maconha*”.

Então, minha gente, os senhores acham que a proibição do cigarro acaba com o tráfico ilegal de cigarro, as quadrilhas e o crime organizado? Não! Nós temos que enfrentar o crime organizado. Nós temos que ter tolerância zero! Nós temos que



tirar da rua o traficante! Nós temos que tirar da rua a droga! É só isso que funciona no mundo, minha gente! Não existe nenhum outro exemplo no mundo de que liberando a droga isso funcionou — não existe! Em todos os lugares onde aconteceu a liberação, como foi o caso da China, cuja liberação foi imposta na marra pela Inglaterra, por dezenas de anos, e só terminou quando assumiu...

Esse negócio de dizer que é de esquerda e de direita é outra bobagem. Não há direita e esquerda nisso aí. Os regimes socialistas reprimem com uma brutalidade incrível a questão da droga; são muito radicais. Quase todos têm pena de morte para o tráfico de drogas — quase todos! Na China é assim: foi pego traficando, é pena de morte; é usuário, fica 2 anos no centro de reeducação, isolado. Equivale a uma comunidade terapêutica com alguma estatal, com órgãos do Estado, com capacitação para conseguir um emprego. Aprende-se música, aprende-se isso, aprende-se aquilo, mas a pessoa fica isolada. Recaiu? Fica mais 2 anos. Recaiu novamente? Fica mais 2 anos. Recaiu de novo? Aí, eles começam a desconfiar que o cara é traficante. Eles são muito duros.

Essa história de liberação, que é uma coisa moderna, que é uma coisa de esquerda, é uma conversa muito relativa. Isso é uma vertente do pensamento ideológico, baseado, como eu falei, nesses filósofos ultraliberais, como Foucault e outros, que acham isso uma maravilha, que o sujeito tem o direito de fazer o que quer. O sujeito não tem que fazer o que quer coisa nenhuma! As pessoas têm o direito de fazer o que querem até quando começam a interferir no direito do outro, ou seja, quando começam a destruir a família, quando as outras pessoas têm que trabalhar por ele para que se mantenha. A liberdade não pode ser de um e a escravidão de outro, que tem que sustentá-lo. Todo mundo tem que fazer a sua parte. A liberdade é a consciência da necessidade social.

Então, está tudo muito distorcido. A juventude está aos borbotões... É impressionante quando se vê na Internet a quantidade de *sites* que estão defendendo a liberação da maconha, com os argumentos mais estapafúrdios do mundo, sem nenhuma base científica, sem nada, dizendo que a maconha é a oitava maravilha do mundo. E a juventude entra nisso. Por isso, eu estou defendendo esse tema dentro do Governo também.



O Governo está agora se estruturando para fazer esse enfrentamento. Mas há uma propaganda do Governo que passa todos os dias dizendo que a maconha é uma coisa muito ruim, que a cocaína é uma coisa horrorosa, mostrando os efeitos também, como faz com o cigarro naquilo por que essas pessoas passam. E pode fazer isso com o álcool também.

Mais de 70% dos moradores de rua são usuários de drogas. Eu diria que mais de 90% têm transtorno mental importante. Morar na rua não é opção. Ninguém pode ter a opção de passar frio, fome, ficar embaixo do outro, arriscando-se a lhe botarem fogo, a tomar pauladas todos os dias. Isso não é opção de vida. Isso não é feito de forma consciente por uma pessoa que não tem transtorno nenhum ou por uma opção filosófica. Não existe isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito bem.

O Deputado Lincoln Portela quer fazer uma colocação por 30 segundos.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Dá para ficar mais meia hora ouvindo aqui o Ministro Osmar Terra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - É verdade.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - A verdade é que esta questão não é de esquerda nem de direita. Mas lamentavelmente a esquerda brasileira, com a questão da saúde mental e da luta antimanicomial, é uma encrenca principalmente para as comunidades terapêuticas. O Deputado Eros Biondini trabalha muito com isso também e sabe a luta que há nesse contexto.

Eu aprovei uma lei nesta Casa, Ministro, que ficou 7 anos tramitando. Ela teve início em 12/07/2007 e foi sancionada pela Presidência da República em 07/04/2014. Que luta foi essa? Que lei foi essa? Trata-se da incineração de drogas que deve ser feita pelas Delegacias de Polícia no prazo de 30 dias. Eu demorei 7 anos trabalhando incansavelmente para que essa lei fosse aprovada nesta Casa. Por que isso, Ministro? Fica a pergunta. E essa lentidão?

O SR. MINISTRO OSMAR TERRA - Em relação ao projeto de lei das drogas, nós estamos chegando aos 7 anos.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Muito bom. Vamos vencer isso aí.



Só gostaria de fazer uma consideração sobre essa questão ideológica. Quando o Deputado Silas Freire falou sobre a questão da Bíblia, que pode ter Marx, Engels, Paulo Freire, mas eu quero dizer que a Bíblia não deve ser utilizada em comunidades terapêuticas de alguns Estados. Isso é um negócio muito sério!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Obrigada, Deputado Lincoln Portela.

Eu quero agradecer a todos os senhores. Antes de finalizar, mais uma vez, eu quero passar a palavra ao Relator da Comissão.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Primeiro, juntamente com a nossa Presidente, Deputada Eliziane Gama, eu quero agradecer a todos.

Já circulou na Casa a notícia da realização desta audiência pública. A quantidade de Parlamentares presentes e o interesse que foi aqui demonstrado mostra a importância desta Comissão.

O nosso querido amigo, Deputado Bassuma, autor do projeto de lei que trata do Estatuto do Nascituro e também um grande admirador do senhor, está nos trazendo a informação de que teremos um seminário sobre drogas na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, no Centro Cultural, em Brasília, no dia 22 de junho, depois de amanhã, às 19 horas, com o tema: *O Que Não Está Sendo Dito Sobre as Drogas*.

Sra. Presidente, Ministro Osmar, gostaria de dizer que hoje demos mais um passo, a fim de contribuir para o entendimento da política de drogas e apontar caminhos, que é o mais importante.

Parabéns pela sua primorosa explanação, Ministro! Como Relator, agradeço àqueles que ficaram aqui até agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Eliziane Gama) - Muito obrigada.

Mais uma vez, Sr. Ministro, eu agradeço a sua presença nesta Comissão. Trata-se de um tema muito atrativo e a sua exposição prendeu a presença de todos. Inclusive, eu comentava com o Deputado Eros Biondini que nós tivemos público até o final da audiência.

Eu gostaria de agradecer a todos os Parlamentares e à representação da OAB do Distrito Federal, que também esteve conosco nesta audiência pública.



Gostaria de lembrá-los de que na próxima quarta-feira, nesta Comissão, nós receberemos a exposição dos projetos que vai ser feita pelo Deputado Givaldo Carimbão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para a próxima quarta-feira, em plenário ainda a ser informado, a partir das 14h30min.

Muito obrigada.